

REVISÃO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE NISA



RELATÓRIO VII – RELATÓRIO DE ORDENAMENTO

SETEMBRO 2015

Índice

1	Introdução	1
2	Enquadramento nas Políticas e Planos de Referência.....	1
3	Caracterização e Diagnose do concelho	4
3.1	Síntese da Caracterização e Diagnose.....	5
3.1.1	Caracterização Ambiental	5
3.1.2	Caracterização Populacional	6
3.1.3	Caracterização Socio Económica.....	6
3.1.4	Caracterização Turística	8
3.1.5	Caracterização da Estrutura Urbana	8
3.1.6	Caracterização da Rede de Infraestruturas.....	9
3.1.7	Caracterização dos Equipamentos e Serviços	11
3.1.8	Caracterização do Património	14
3.1.9	Caracterização agroflorestal	15
3.1.10	Caracterização das Unidades de Paisagem relativamente às cinco funcionalidades referidas no PROF-AA.....	16
4	Síntese das Potencialidades/Debilidades e Orientações para a Estratégia	26
5	Estratégia de Desenvolvimento Concelho	31
5.1.	Objetivos Gerais.....	32
5.2.	Vetores de Desenvolvimento.....	32
5.3.	Objetivos Estratégicos.....	33
5.3.1	Aumentar a atratividade do concelho.....	34
5.3.2	Promover a sustentabilidade da paisagem	35
5.3.3	Evidenciar os recursos locais próprios do território	36
5.3.4	Fomentar a sustentabilidade dos aglomerados.....	36
5.3.5	Promover a coesão social e a confiança nas oportunidades	37
5.3.6	Prevenção de riscos naturais e tecnológicos	38
6	Modelo de Ordenamento	38

6.1	Vocação do território	38
6.2	Classificação e Qualificação do Solo.....	44
6.2.1	Solo Rural	44
6.2.2	Solo Urbano.....	48
6.2.3	Estrutura Ecológica Municipal.....	51
6.2.4	Espaços canais e outras infraestruturas.....	51
6.2.5	Classes em Solo Rural.....	52
6.2.6	Classes em Solo Urbano	57
6.2.7	Carta de Ordenamento	61
6.3	Orientação de Gestão Territorial - Normas e Modelos para os Espaços Agroflorestais	61
7	Bibliografia	62

Índice de Ilustrações

Ilustração 1 – Vocação das diferentes Unidades de Paisagem do Município de Nisa	44
Ilustração 2 - Esquema da hierarquia da rede urbana.....	49
Ilustração 3 – Esquema simplificado da Carta de Ordenamento.....	61

Índice de Tabelas

Tabela 1 – Matriz da Funcionalidade de Produção / Unidades de Paisagem.....	17
Tabela 2 – Matriz da Funcionalidade de Silvo-pastorícia / Unidades de Paisagem.....	19
Tabela 3 – Matriz da Funcionalidade de Proteção / Unidades de Paisagem.....	21
Tabela 4 – Matriz da Funcionalidade de Conservação / Unidades de Paisagem	22
Tabela 5 – Matriz da Funcionalidade de Recreio / Unidades de Paisagem.....	23
Tabela 6 – Matriz síntese das funcionalidades por Unidade de Paisagem.....	24
Tabela 7 – Hierarquização das funcionalidades por unidade de paisagem	26
Tabela 8 – Classificação do solo	46
Tabela 9 – Variação entre os Perímetros Urbanos do PDM em vigor e os propostos na revisão do PDM	50

1 Introdução

O **Aviso n.º 2119/2003 (2.ª série)**, publicado em 20 de março de 2003, tornou público, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 74.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, que em reunião ordinária da Câmara Municipal de Nisa, realizada no dia 5 de fevereiro de 2003, foi deliberado dar início aos trabalhos de revisão do Plano Diretor Municipal (PDM).

A revisão do PDM fundamenta-se numa série de questões que vão desde a necessidade de corrigir situações de ordem técnica, a outras decorrentes da avaliação do PDM em vigor, e das novas orientações estratégicas com implicância no ordenamento do território.

A referida fundamentação foi alvo de análise no relatório Base da Revisão do Plano ao que se seguiu uma fase de trabalhos em que se estudou o concelho nos vários domínios do sistema territorial e foram analisadas as potencialidades e estrangulamentos do território, avaliada a estratégia de Desenvolvimento do Concelho e o Modelo Prévio de Ordenamento para o Território Municipal.

No presente Relatório Síntese, em conformidade com o definido no Regime Jurídico de Ordenamento do Território, *explicita-se os objetivos estratégicos e as opções de base territoriais adotadas para o modelo de organização espacial, bem como a respetiva fundamentação técnica, suportada na avaliação das condições económicas, sociais, culturais e ambientais para a sua execução.*

2 Enquadramento nas Políticas e Planos de Referência

A nível concelhio a política de Ordenamento do Território é norteada por um Quadro de Estratégias e Políticas, traçadas por um conjunto de Planos e Programas de nível nacional e regional.

De acordo com a Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e com base no presente regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial é de referir que o PDM, enquanto instrumento de ordenamento do território de nível concelhio, estabelece o modelo

de estrutura espacial do território municipal, constituindo uma síntese da estratégia de desenvolvimento e ordenamento local prosseguida, integrando as opções de âmbito nacional e regional com incidência na respetiva área de intervenção.

A valorização e conservação dos recursos naturais, a sustentabilidade do território, o reforço da competitividade territorial de Portugal e a sua integração nos espaços ibérico, europeu e global, bem como o desenvolvimento policêntrico dos territórios, os mecanismos de apoio à integração e coesão social, o desenvolvimento das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) e a participação ativa e informada dos cidadãos nestes processos, são denominadores base ao desenvolvimento das orientações e estratégias já definidas ou a definir. Neles assenta o **Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT)**, orientador da política de ordenamento do território até 2025.

O Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo (PROT-Alentejo) e o **Plano Regional de Ordenamento Florestal do Alto Alentejo (PROF-AA)** por serem os instrumentos que definem o quadro estratégico para o Desenvolvimento do Território e estabelecem as diretrizes a considerar no ordenamento municipal merecem uma análise mais detalhada.

O PROT-Alentejo estabelece opções estratégicas de base territoriais em três grupos, “Estruturas ambientais”; “Base económica regional” e “Sistema urbano e povoamento”, tendo como objetivos a “Integração Territorial e Abertura ao Exterior”, a “Conservação e Valorização do Ambiente e do Património Natural”, a “Diversificação e Qualificação da Base Económica” e a “Afirmação do Policentrismo e do Desenvolvimento Rural”.

Para fins de gestão de uso do solo e de utilização dos recursos naturais o concelho de Nisa enquadra duas das Unidades Territoriais estabelecidas. A unidade 1 - Charneca do Tejo que, por se tratar de um território com aptidão dominante para a produção florestal, aponta para a exploração florestal, cinegética e pastorícia, onde se deve reintroduzir alguma diversidade (com a ocupação agro – pecuária dos vales e variedade do coberto arbóreo) e a unidade 3 - Serra de S. Mamede e Terras de Nisa, onde se visa a manutenção dos usos rurais tradicionais, a proteção dos recursos aquíferos e o aproveitamento do potencial de turismo verde e de recreio.

O PROF-AA, sendo um instrumento sectorial de gestão territorial estabelece as normas de intervenção sobre a ocupação e a utilização dos espaços florestais.

Define sub-regiões homogéneas, para as quais se estabelece uma hierarquização das funções e a estratégia de ordenamento a seguir. O município de Nisa integra três sub-regiões estando 53% da sua área na sub-região homogénea Tejo Superior, 32% na sub-região homogénea Serra de S. Mamede e 15% na sub-região homogénea Charnecas do Tejo e Sado.

Para além dos objetivos específicos comuns, a cada unidade corresponde um conjunto de objetivos específicos. No caso de Nisa estes são norteados da seguinte forma: para a unidade “Tejo Superior” visam a implementação e incrementação das funções de produção, de silvo-pastorícia, caça e pesca nas águas interiores e de conservação de habitats de espécies da fauna e da flora e de geomonumentos.

Para a unidade “Serra de S. Mamede” visam a implementação e incrementação das funções de conservação de habitats, de espécies da fauna e da flora e de geomonumentos, de produção e de recreio, enquadramento e estética da paisagem.

Para a unidade “Charnecas do Tejo e Sado”, visam a implementação e incrementação das funções de produção, de silvopastorícia, caça e pesca nas águas interiores e de recreio, enquadramento e estética da paisagem.

De referir também, pela sua importância para a concretização das políticas/estratégias definidas o **Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), 2007 a 2013** e o novo **Fundo Económico Europeu de Investimento - FEEI** para o período de 2015 a 2020.

As prioridades estratégicas nacionais subjacentes à definição deste último são:

- Estímulo à produção de bens e serviços transacionáveis e à internacionalização da economia, com dinamização da indústria e da produção agroflorestal e promovendo a investigação e a inovação e a transferência dos seus resultados para o tecido produtivo;
- Reforço do investimento na educação e formação, incluindo a formação avançada, e na formação profissional e, nesse contexto, reforço de medidas e iniciativas dirigidas à empregabilidade, desenvolvimento do sistema de formação dual e de qualidade das jovens gerações,

- Reforço da integração das pessoas em risco de pobreza e do combate à exclusão social, assegurando a dinamização de medidas inovadoras de intervenção social,
- Reforço da transição para uma economia com baixas emissões de carbono, em articulação com instrumentos de promoção da coesão e competitividade territoriais,
- Reforço da capacidade de gerar valor acrescentado pelo setor agroflorestal, através da modernização da estrutura produtiva, da utilização mais eficiente dos recursos e da melhoria da organização da produção;
- Apoio ao programa da reforma do Estado, assegurando que os FEEI possam contribuir para a racionalização, modernização e capacitação institucional da Administração Pública e para a reorganização dos modelos de provisão de bens e serviços públicos.

O modelo de governação dos FEEI faz-se através do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), Fundo Social Europeu (FSE), Fundo de Coesão (FC), Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER), Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (FEAMP) e respetivos Programas Operacionais (PO) e Programas de Desenvolvimento Rural (PDR).

Um conjunto de outros Planos e Programas direcionam as estratégias de desenvolvimento e ordenamento a nível do Plano á escala local, nomeadamente, o Plano de Ação do Alto Alentejo, o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, o Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil, a Carta Educativa e a Agenda 21 Local.

3 Caracterização e Diagnose do concelho

Na 1ª fase dos trabalhos de revisão do PDM de Nisa foi feito um diagnóstico do concelho, tendo por base a análise das suas características biofísicas, dinâmicas socioeconómicas, demográficas, urbanistas e institucionais locais, refletindo ainda o seu contexto nas unidades territoriais regionais e políticas nacionais.

Faz-se aqui um resumo dos estudos elaborados, sendo que a conclusão do “Estudo de Ordenamento e Gestão Agroflorestal”, veio permitir aferir dados que detínhamos e introduzir outros dados de apetência agroflorestal, possibilitando colmatar uma lacuna evidente para quem pretende trabalhar o território num todo sistémico e de acordo com as funcionalidades preconizadas no plano de ordem superior (PROF-AA).

A análise feita, sustenta a definição dos objetivos estratégicos, das opções estratégicas e de base territoriais que comportam a revisão do Plano.

3.1 Síntese da Caracterização e Diagnose

3.1.1 Caracterização Ambiental

O concelho reflete, em termos geomorfológicos e biofísica uma dualidade entre a parte norte e sul, que resulta numa diferenciação de usos, formas e funções da sua paisagem.

A parte N-NW do concelho é uma zona de xistos, com vales encaixados e declives acentuados enquanto a parte S-SE, zona granítica, apresenta um relevo aplanado quase sem vertentes. Destaca-se a Serra de S. Miguel/crista quartzítica e os rios Tejo e Sever, caracterizadores da paisagem local, proporcionando uma riqueza paisagística bastante específica.

Os vales encaixados resultam do elevado poder de transporte que os rios já tiveram, encontrando-se agora tanto nas formações graníticas como nas de xistos, próximos da sua curva de equilíbrio com um fraco poder de transporte, considerando-se apenas os rios Tejo e Sever com regime de escoamento permanente.

Existem cinco Sub-bacias hidrográficas principais, das quais quatro drenam na direção SE-NW, para afluentes diretos do Tejo (rio Sever, ribeiras de Nisa, Figueiró, Fivenco, Palhais, Alferreira e Ficalho), onde é drenada mais de 2/3 da água caída no município, e apenas uma drena na direção NE-SW, para a ribeira de Sor, afluente do Rio Sorraia (também afluente do Tejo).

Os habitats naturais e seminaturais, a fauna e flora são também o reflexo da dualidade, da convertendo-se num marco do concelho. Por este motivo, grande parte da sua área se encontra classificada na Rede Natura 2000, como Sítios de Interesse Comunitário, nomeadamente com o Sítio Nisa/Laje da Prata e o Sítio de São Mamede.

O clima de cariz mediterrânico, é o característico de todo o interior Centro do país, proporcionando grandes potenciais no concelho quer a nível do desenvolvimento de

atividades ao ar livre, ligadas á natureza, como ao nível da exploração económica de energias renováveis.

3.1.2 Caracterização Populacional

As dinâmicas da população acompanham as do distrito e da região do Alentejo, a tendência tem sido de decréscimo populacional, com uma diminuição da população no Município, de -13% entre 1991 e 2001, que se manteve ainda entre 2001 e 2011 (13,2%). Outra característica que se destaca é o envelhecimento demográfico, onde a população idosa representa, em 2011, 38% do total da população e os jovens até aos 14 anos, apenas 9,5%.

Quanto às dinâmicas demográficas, constata-se que o Saldo Natural tem valores negativos, com a Taxa de Mortalidade a superar a Taxa de Natalidade, acompanhando de resto a média do distrito. Em 2011 o Município de Nisa tinha 7450 habitantes, no entanto os cenários prospetivos, indicam a contínua tendência de diminuição populacional, que se vem registando já há 25 anos. É fundamental a implementação de medidas que aumentem a capacidade de atração e fixação de população no território e contribuam para a natalidade.

A par do decréscimo populacional, está a população ativa, com uma taxa de atividade à semelhança do distrito, com uma percentagem muito baixa onde menos de metade da população residente é considerada população ativa.

3.1.3 Caracterização Socio Económica

Quanto ao emprego por setores de atividade, tudo aponta para a terciarização dos empregos e para uma pequena representação no setor primário onde aparece a agricultura como 2ª atividade, associada ao lazer e como complemento a uma outra atividade principal, desempenhada no setor terciário ou secundário.

A estrutura empresarial do concelho apresenta assim um forte predomínio de empresas e sociedades no setor terciário, de forma que a distribuição dos setores de atividade no final de 2006 era de 20,4% no setor primário, 11,8% no secundário e 67,8% no terciário.

Os Recursos Geológicos com maior potencial económico são, as reservas de recurso mineral energético (minérios de urânio) e os granitos na sua fácies Alpalhão, Nisa e Gáfete.

Em menor escala (a nível local), de referir o aproveitamento económico dos saibros, britas e argilas.

O setor dos granitos, neste momento, passa por dificuldades que advêm não só da conjuntura económica mundial, mas essencialmente da concorrência de mercado e de alguma inércia na procura de novas aplicações e tipologias de mercado, problema que se estende também aos outros produtos e valores locais. A excelência dos produtos e, as reservas e potencialidades ainda existentes desafia a apostar na sua investigação de forma a aliar a tradição á inovação.

O minério uranífero distribui-se por várias jazidas ao longo da parte sul do território concelhio, estendendo-se inclusive pelo concelho de Castelo de Vide. A reserva de maior representatividade é o Jazigo de Nisa.

A exploração do minério de urânio terá decisão a nível do poder central. É indispensável que a tomada de decisão equacione, com a mesma ordem de grandeza, além dos impactos tradicionais (de ordem económica e de saúde pública), os aspetos inerentes á estratégia preconizada para o desenvolvimento do concelho, baseada no aproveitamento sustentado dos recursos naturais e patrimoniais, bem como na sua atratividade para os visitantes, que veem a paisagem como um elemento de produção e fruição.

Na área do concelho são identificados vários produtos tradicionais de qualidade já certificados (DOC;DOP, DO, ETG-P e IG) ligados ao setor primário, que importa proteger e promover de forma a criar condições necessárias à sua sustentabilidade e competitividade. De uma vasta gama de produtos agroalimentares que englobam os vinhos, azeites, carnes de bovino, ovino e suíno, destaca-se o queijo (queijo de Nisa e queijo mestiço de Tolosa) por ser aquele que melhor identifica o concelho.

No entanto por motivos que se prendem não só com a dinâmica do setor mas também com dificuldades inerentes ao processo de certificação, é neste momento um número reduzido de produtores concelhios que fabricam queijo certificado. É necessário promover condições que facilitem a aderência dos produtores, que passam pela sensibilização para o associativismo e agilização do processo de certificação.

3.1.4 Caracterização Turística

O setor do turismo é transversal a todos os outros, destacam-se como potencialidades a explorar os recursos culturais, etnográficos, patrimoniais e históricos. A paisagem com apetência para turismo de natureza, turismo de aventura, o turismo termal/saúde e bem-estar, para além das atividades mais tradicionais como o artesanato, a gastronomia e a cinegética.

É notória a subexploração da hotelaria e da restauração, embora se espere uma maior aposta nesta área, nomeadamente com novos empreendimentos, alguns já em projeto. Existem neste momento 3 alojamentos locais (Estabelecimentos de hospedagem) e 3 empreendimentos turísticos em espaço rural (TER) (turismo de habitação, Agro turismo e Casa de Campo), 17 estabelecimentos de restauração, e 54 estabelecimentos de bebidas. Em termos de novos empreendimentos está em funcionamento 1 Hotel, nos serviços municipais estão em apreciação 4 processos de turismo de habitação e turismo rural (2 pedidos de Direito à Informação e 2 processos de informação prévia relativos a uma Casa de Campo e a Agroturismo).

Os desafios do planeamento turístico prendem-se com o equilíbrio entre os vetores turísticos mais tradicionais (cultura, etnografia, património e história) e novos vetores que façam apelo a outro público-alvo e mercados alternativos, o que será vantajoso para a redução da sazonalidade e para o aumento do número de visitantes. Pode-se considerar que para o Município de Nisa alguns desses vetores a explorar no futuro correspondem a quatro domínios fundamentais, o Touring, o Turismo em Espaço Rural, o Turismo Desportivo (ou de aventura) e o Marketing. Outros domínios, já com intervenção, devem continuar a ser promovidos e desenvolvidos, nomeadamente o Turismo de Saúde, o turismo ligado a eventos e atividades culturais.

3.1.5 Caracterização da Estrutura Urbana

No que se refere á estrutura urbana registou-se um aumento do número de edifícios e de alojamentos no total do concelho, especialmente nas freguesias de Espírito Santo, N. Sra. da Graça e Tolosa. Duma forma geral observa-se que 95% dos alojamentos são de ocupação própria e apenas 5% destinados ao arrendamento, o que torna o valor médio mensal das rendas em Nisa acima da média da região. Outra importante característica é a

predominância de Remodelações/Ampliações na tipologia dos processos, no entanto, ainda assim é notório um fraco aproveitamento de edifícios antigos.

Houve nos últimos anos uma crescente aposta na requalificação urbana com a remodelação de praças e ruas nas diferentes freguesias. No que se refere ao centro histórico de Nisa a câmara tem feito algumas intervenções pontuais (Largo das Portas de Montalvão, recuperação de edifícios pela câmara para uso público, caso do Museu do Barro e Bordado), denota-se no entanto sinais de degradação, abandono e descaracterização, tornando-se necessária uma intervenção planeada.

De referir ainda que cerca de 30% dos alojamentos registavam, em 1991, a falta de pelo menos uma infraestruturas básica, o que melhorou, baixando para 22% em 2001. Para os edifícios com acesso a pessoas com mobilidade reduzida, Nisa conta com 90% de adaptação, o que supera a média do Alto Alentejo.

O concelho apresenta bons níveis de cobertura no abastecimento de água com um total de 96%, bem como no saneamento e águas residuais cujo nível de cobertura é de 91%. A substituição das infraestruturas dos sistemas de saneamento tem sido uma forte aposta, sobretudo com os emissários mais antigos, em fibrocimento a serem progressivamente substituídos por PVC.

3.1.6 Caracterização da Rede de Infraestruturas

Resíduos Sólidos Urbanos

Relativamente aos Resíduos Sólidos Urbanos, tem-se verificado um aumento dos níveis de produção e conseqüentemente da recolha.

O sistema de recolha e tratamento processa-se em parceria entre a autarquia de Nisa e a empresa VALNOR – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos do Norte Alentejano, S.A. A câmara é responsável pela recolha dos resíduos orgânicos, a recolha seletiva, o tratamento e o destino final de todos os resíduos é da responsabilidade da empresa.

A recolha seletiva tem vindo também a aumentar, com picos de produção nos meses de verão. A incrementação da recolha de monos porta a porta e a recolha de óleos alimentares usados começa também a ter impacto positivo.

Acessibilidades e mobilidade intermunicipal

As acessibilidades extra concelhias permitem boas ligações regionais, com as capitais de distrito vizinhas, através do IP2 a Sul, a A 23 a Norte e ainda pela ER 18, também para Norte. Falta uma ligação direta ao país vizinho, estando prevista a construção duma ponte entre Cedillo e Montalvão. A rede viária interna sofreu em 2010 uma significativa melhoria, em alguns Caminhos Municipais, contribuindo para uma considerável melhoria da mobilidade entre as freguesias.

No que respeita à mobilidade intermunicipal, conta-se com um serviço de transportes da Rodoviária que estabelece ligações a Portalegre com 4 horários diários a passarem em Nisa, Alpalhão e Tolosa. No entanto estes horários têm um cariz sazonal, em que no verão a carreira para Portalegre passa a ser de apenas 3 vezes por dia. A rede de Expressos faz a ligação de Nisa a vários pontos do país, mediante duas operadoras, a da Beira Interior em Nisa e a do Alto Alentejo em Alpalhão, basicamente garantem as ligações entre Castelo Branco e Lisboa e entre a Beirã e Lisboa, respetivamente.

Diariamente conta-se com carreira a ligar a sede de concelho a Arez e a Amieira do Tejo, que no verão passa a apenas um horário semanal. Há ainda uma carreira semanal a ligar Nisa ao Chão da Velha.

As carreiras existentes não satisfazem as necessidades da população, sobretudo nas pequenas localidades em que a população é muito envelhecida e não tem meios próprios para se deslocar.

Recentemente foram construídas instalações próprias para as paragens e embarque de passageiros deste serviço, “ Central de Camionagem”, na zona da Devesa, ocupando um lote com cerca de 2700 m², e onde estão implantadas infraestruturas de proteção aos utentes, bar e área de informações e venda de bilhetes. Nas outras localidades existem abrigos de passageiros se bem que por vezes em mau estado, não satisfazendo as necessidades da população.

De referir ainda que o serviço de táxis existe apenas em dois aglomerados, Nisa e Alpalhão. São no entanto estes serviços que colmatam a falta dos outros transportes públicos.

Infraestruturas de energia e telecomunicações

Sobre as infraestruturas de energia e telecomunicações, constata-se que o fornecimento de eletricidade abrange todas as localidades e que os serviços de telecomunicações móveis apresentam bastantes deficiências. Por outro lado o atravessamento das infraestruturas do Gasoduto no concelho não tem qualquer aproveitamento para este.

No que se reporta às energias alternativas e eficiência energética, estão a decorrer estudos para o concelho (projetos próprios da câmara - Projeto Nisa-eficiente, ou em parceria com a CIMAA e a AREANATEJO) que permitirão ter dados concretos sobre as potencialidades, utilizações/produções do concelho e boas práticas. Não existindo resultados concludentes nesta fase, permitem no entanto considerar o território concelhio com boas aptidões para a utilização do sol, do vento e da biomassa como fonte de energia e com apetência para se tornar uma referência em termos de sustentabilidade e eficiência energética.

3.1.7 Caracterização dos Equipamentos e Serviços

A rede de equipamentos de utilização coletiva do município de Nisa corresponde às necessidades básicas dos munícipes, com oferta a três níveis: 1 - destinados à prestação de serviços à coletividade (Equipamentos de Saúde, Educação, Ação Social, Administração Pública Prevenção e Segurança); 2 - Destinados à prestação de serviços de caráter económico (Mercados e Feiras, Zona de Atividades Económicas); 3 - Destinados à prática de atividades pela coletividade, (Equipamentos de Atividades Culturais, de Lazer e Associativismo, desportivas e de Culto).

O Município de Nisa tem uma Rede de Serviços de Saúde composta, a nível distrital por dois hospitais (Hospital Dr. José Maria Grande – Portalegre e Hospital St^a Luzia – Elvas), a nível municipal por um centro de saúde (centro de saúde de Nisa), e a nível local por cinco extensões de saúde (Alpalhão, Amieira do Tejo, Montalvão, Monte do Arneiro e Tolosa). De considerar ainda os serviços de unidade móvel e o complexo termal da Fadagosa, para além dos equipamentos privados (8) com ofertas na área do bem-estar, tratamentos, análises e consultas de especialidade.

Atualmente, a rede escolar no município de Nisa é assegurada por duas creches privadas (Alpalhão e Nisa), quatro equipamentos de educação pré-escolar (Alpalhão, Nisa e Tolosa),

dos quais um é privado, três de ensino básico (Alpalhão, Nisa e Tolosa), uma de ensino básico e secundário e uma de ensino profissional privado em Nisa.

No que respeita aos equipamentos sociais e serviços de apoio à terceira idade, o Município de Nisa dispõe de 9 equipamentos (um na sede de concelho e um em cada sede de freguesia fora do aglomerado de Nisa) de Apoio à Terceira Idade apoiados pelo Ministério da Segurança Social da Família e da Criança (Instituições Particulares de Solidariedade Social). As mais-valias incluem centros de dia, lares de 3ª idade, apoio domiciliário e ATL, tendo-se verificado um aumento de utentes em todas elas.

Os serviços públicos estão concentrados na sede, tendo-se verificado, que a maioria dos serviços se mantém, comparativamente com o anterior PDM, apenas dois serviços deixaram de existir, são eles os Serviços Municipalizados, absorvidos nas competências da Câmara Municipal, e a Tesouraria da Fazenda Pública que passou a ser responsabilidade das Finanças através da Tesouraria das Finanças. A grande alteração dá-se a nível das Juntas de Freguesia, que com a Lei nº 11-A/2013 de 28 de janeiro dá-se a supressão de 3 freguesias e passa assim o Município de Nisa a contemplar as seguintes: Alpalhão, Montalvão, Santana, São Matias, Tolosa, União das Freguesias de Arez e Amieira do Tejo e União das Freguesias de Espírito Santo, Nossa Senhora da Graça e São Simão.

Relativamente à segurança pública o concelho conta com Guarda Nacional Republicana (GNR) com postos em Nisa e Alpalhão. De considerar ainda, a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Nisa, com quartel na sede de concelho e o Serviço Municipal de Proteção Civil (SMPC) instalado no Heliporto.

O sector dos mercados e feiras, com papel importante na estrutura económica dum concelho, conta com quatro mercados distribuídos por Alpalhão, Montalvão, Nisa e Tolosa. Na sede de concelho existe uma Zona de Atividades Económicas (ZAE), com cerca de 78600 m², e expansão em curso contígua a esta no sentido Este, com cerca de 85000 m².

Os espaços culturais no município de Nisa estão todos localizados em quatro aglomerados – Alpalhão, Amieira, Montalvão e Nisa, dos quais fazem parte a biblioteca municipal, o cineteatro de Nisa, os espaços museológicos e o recente Centro Cultural de Alpalhão.

Os espaços relacionados com as atividades de lazer estão presentes nos aglomerados/freguesias de Alpalhão (1 jardim público, 1 parque infantil, 1 coreto e 1 praça de touros), Amieira do Tejo (1 praça de touros e 1 zona de repouso de percursos pedestres), Arez (1 praça de touros e 2 parques de merendas), Montalvão (1 coreto, 1 praça de touros, 1 parque de merendas e 4 zonas de repouso de percursos pedestres), Nisa (1 jardim público, 1 parque infantil, 1 coreto, 1 praça de touros e 4 parques de merendas), Pé da Serra (1 coreto e 1 zona de repouso de percursos pedestres) e Tolosa (1 parque infantil, 1 coreto e 1 praça de touros). Há ainda a referir zonas de repouso de percursos pedestres nas freguesias de S. Matias e Santana.

Relativamente ao associativismo, no Município de Nisa este tem um forte cariz, registando-se 41 coletividades associadas à cultura, recreio, desporto, juvenis, de desenvolvimento local, humanitárias, folclóricas e musicais.

A prática desportiva no município de Nisa fica, na sua esmagadora maioria, confinada à intervenção direta da autarquia, engloba as seguintes modalidades: Natação, Hidroginástica, Atividades Fitness, Ginástica de Manutenção, Cardiofitness, Futebol, Futsal, Andebol, AtivSenior, Gira-Voley, Pedestrianismo, BTT e Ténis de Mesa. Sendo a “AtivSenior” a modalidade que mais praticantes reúne. Os equipamentos desportivos disponíveis no concelho abrangem várias classificações, designadamente, Espaços de Jogos e Recreio; Pavilhões Polivalentes; Grandes Campos de Jogos; Pequenos Campos de Jogos; Salas de Desporto; Piscinas; Rede de Percursos Pedestres; Centro Hípico. Conta-se no total, com 49 instalações desportivas no concelho, distribuídas da seguinte forma pelas diferentes freguesias: Alpalhão (5), Amieira do Tejo (4), Arez (7), Espírito Santo (9), Montalvão (6), N^a S^a da Graça (6), Santana (3), São Matias (2), São Simão (3) e Tolosa (4).

Tal como com outros equipamentos, os de culto têm maior concentração na sede de concelho, e neste caso também na Amieira do Tejo, embora a sua proliferação atinja toda a área do município, contando-se com 52 templos religiosos em todo o território municipal de Nisa, sendo a grande maioria (45) igrejas católicas.

3.1.8 Caracterização do Património

Relativamente ao património é vasto o espólio como resultado das características e uso dos recursos biofísicos do território, do trabalho e arte das gentes que passaram e/ou permanecem no concelho.

Os elementos arquitetónicos de interesse religioso, militar e civil, bem como os vestígios arqueológicos são vastíssimos e espalhados por todo o território. Existe, neste momento, um levantamento bastante completo sobre este património, estando concluída a 2ª fase da carta Arqueológica do Concelho e prevista uma terceira fase cujo objetivo será o de aprofundar o conhecimento/levantamento referente à 1ª fase.

O património natural e paisagístico resulta das condições de privilégio que estão associadas à fruição da paisagem e que lhe é dada sobretudo pelas características geomorfológicas e ambientais, pelo valor da presença dos Rios Tejo e Sever e pelos valores geológicos atribuíveis ao Geoparque. O Monumento Natural das Portas de Ródão é a área de maior reconhecimento a este nível.

O concelho conta com 15 imóveis classificados, dos quais 3 estão classificados como Monumento Nacional (Castelo de Amieira do Tejo, Anta de S. Gens/Anta da Vila de Nisa, Muralhas e Portas da Vila e Montalvão), 1 de Interesse Municipal (Igreja Matriz de Montalvão) e 11 de Interesse Público (Capela do Calvário, Cruzeiro de Alpalhão, Fonte da Pipa, Pelourinho de Nisa, Ponte medieval sobre a Ribeira de Figueiró/Ponte Romana de Albarrol/Vila Flor, Capela de Nossa Senhora da Redonda, Ermida de Nossa senhora dos Prazeres, Pelourinho de Montalvão ou Cruzeiro, Castelo de Montalvão, Igreja da Misericórdia de Nisa e Conjunto de Nossa Senhora da Graça). De referir ainda os 2 Imóveis em Vias de Classificação, a Área Arqueológica do Conhal / Arneiro e o Núcleo de Arte Rupestre do Fratel — Cachão do Boi.

A identidade cultural é também muito rica e bem enraizada. Os produtos locais/artesanais (queijo, enchidos, azeite e mel), o artesanato (bordados de Nisa, trabalhos em feltro e olaria), os trajes, a gastronomia e as romarias, são ainda motivo de brio e orgulho da população.

Os recursos oferecidos devem ser dinamizados, explorados e aproveitados no desenvolvimento económico da região, em particular no setor turístico, pois cada vez mais o

património constitui uma pedra basilar no desenvolvimento dos territórios, designadamente aqueles que se localizam em regiões do interior, como é o caso de Nisa.

3.1.9 Caracterização agroflorestal

Identifica-se uma considerável pobreza dos solos quanto à sua capacidade de uso, os solos mais ricos - classes A e B – são extremamente reduzidos, o que se reflete na fraca apetência agrícola dos solos, impulsionando para o aproveitamento florestal e de pastagens naturais.

Estudada a aptidão dos solos para utilização agroflorestal, são definidos 3 tipos fundamentais de uso: agrícola, florestal e agrossilvo-pastoril, considerando a morfologia, o solo e a sua capacidade de uso. A aptidão agrícola é a menos representativa, abrangendo apenas 1% do concelho, contrapondo-se à florestal que corresponde a 29%. Segue-se a aptidão Agro-Silvo-Pastoril, com cerca de 26% do concelho, e conta-se ainda com áreas correspondentes ao conjunto formado por aptidão agrícola e florestal, de 17% do concelho, devendo a partilha do espaço ser decidida com base no uso atual do solo.

Relativamente à ocupação atual do solo, constata-se que a área florestal e os meios seminaturais representam cerca de 58% da área do concelho, sendo estas áreas ocupadas maioritariamente por povoamentos de eucalipto e sobreiro, seguindo-se o carvalho negral, a azinheira e o pinheiro bravo. A floresta de folhosas, representada pelos eucaliptos, evidencia-se pelo incremento que teve no norte do concelho durante a segunda metade do século passado, assumindo características de monocultura, que exigem correção como forma de combate à perda de biodiversidade.

No que diz respeito à relação estabelecida entre o tipo de cultura e a dimensão das explorações, verifica-se que as parcelas mais pequenas, que se encontram próximas dos aglomerados urbanos, são ocupadas por culturas agrícolas (pomares de árvores de frutos, vinha e olival). Por outro lado, verifica-se que as propriedades que possuem uma área mais elevada estão associadas a culturas florestais.

3.1.10 Caracterização das Unidades de Paisagem relativamente às cinco funcionalidades referidas no PROF-AA

A compreensão, caracterização e ordenamento do sistema agroflorestal é um fator considerado indispensável como base para o progresso do concelho sobretudo se atendermos que a ele se podem agregar as outras atividade fundamentais á estratégia de desenvolvimento do concelho.

O desenvolvimento das atividades agroflorestais para além de definir um padrão de ocupação e uso dos solos rurais devem contribuir neste espaço, para promover a produção agrícola e florestal, incentivar a produção, promoção e valorização dos produtos tradicionais de qualidade, promover a valorização sustentada dos recursos naturais, paisagísticos e patrimoniais, diversificar o tecido económico e social na região, promover a melhoria da qualidade de vida e minorar os efeitos da desertificação física e humana.

A elaboração do “Estudo de Ordenamento e Gestão Agro-florestal”, como já foi referido, facilita-nos estabelecer conclusões, tendo como áreas de referência as Unidades de Paisagem e em sintonia com o método desenvolvido no Plano Regional Ordenamento Florestal do Alto Alentejo, (PROF-AA), nomeadamente, na Síntese de Ordenamento.

De referir que para o território municipal de Nisa foram definidas 7 Unidades de Paisagem: 1 - Crista Quartzítica; 2 - Vertentes íngremes dos rios; 3 - Vertentes de xistos; 4 - Vertentes de granitos; 5 - Vertentes primárias de Conglomerados; 6 - Área aplanada de Xisto e 7 - Área aplanada de granitos.

Foi feita a caracterização das Unidades de Paisagem relativamente às cinco funcionalidades referidas no PROF-AA (produção, silvo-pastorícia, proteção, conservação e recreio e paisagem), estabelecendo-se uma hierarquia funcional entre as três primeiras, tendo em consideração o carácter transversal das outras duas funcionalidades.

Funcionalidade Produção

Analisando os resultados da funcionalidade produção com as unidades de paisagem podem tecer-se as seguintes considerações:

- Na unidade 1, Crista Quartzítica, a aptidão com maior representatividade é a Agrosilvo-pastoril, ou seja uso misto, quase metade o território, (cerca de 42%),

seguida da aptidão florestal, nas classes 2 e 3, (média e superior à média respetivamente), com cerca de 35 e 13% da área;

- Na unidade 2, Vertentes íngremes dos rios há o destaque evidente da aptidão florestal, na classe superior à média, correspondendo a cerca de 53% do seu território;
- Na unidade 3, Vertentes de xistos, é também a aptidão florestal, na classe superior à média, que se destaca com cerca de 67%, havendo no entanto uma área importante com aptidão mista, ou agrossilvo-pastoril, com cerca de 19% da área;
- Na unidade 4, Vertentes de granitos, regista-se novamente o domínio da aptidão entre uso misto e florestal. Estas aptidões representam 82% do território, repartidas em cerca de 40% em aptidão para uso misto numa classificação superior à média; cerca de 25 em aptidão média para uso misto e cerca de 16 em aptidão média para uso Florestal;
- Na unidade 5, Vertentes primárias de Conglomerados, mais uma vez o domínio da aptidão está nos usos mistos e florestais, em cerca de 75%. No entanto, nesta unidade há a destacar uma área considerável representando cerca de 11%, classificada com aptidão A3/F3, (A – aptidão agrícola, F – aptidão florestal, superior à média);
- Na unidade 6, Área aplanada de Xisto a aptidão mista, na classe superior à média, correspondendo a cerca de 50% do seu território. Há a destacar duas áreas importantes, uma com aptidão florestal, na classe média, representando cerca de 29% e, outra com aptidão agrícola/florestal numa classe superior à média, com cerca de 11%;
- Na unidade 7, Área aplanada de granitos cerca de 63% do território reparte a aptidão agrícola/florestal, na classe superior à média, (cerca de 34%) e, aptidão para uso misto numa classificação média e superior à média, (cerca de 18 e 39% respetivamente).

Tabela 1 – Matriz da Funcionalidade de Produção / Unidades de Paisagem

UNIDADES DE PAISAGEM	FUNCIONALIDADE DE PRODUÇÃO	ÁREA DE PRODUÇÃO (HA)	UNIDADE DE PAISAGEM (HA)	UNIDADE DE PAISAGEM/PRODUÇÃO (%)
1 - Crista Quartzítica	F3	162,94	1.251,76	13,02
1 - Crista Quartzítica	F2	434,60	1.251,76	34,72
1 - Crista Quartzítica	M3	61,25	1.251,76	4,89
1 - Crista Quartzítica	M2	524,73	1.251,76	41,92

UNIDADES DE PAISAGEM	FUNCIONALIDADE DE PRODUÇÃO	ÁREA DE PRODUÇÃO (HA)	UNIDADE DE PAISAGEM (HA)	UNIDADE DE PAISAGEM/PRODUÇÃO (%)
1 - Crista Quartzítica	A3/F3	29,30	1.251,76	2,34
1 - Crista Quartzítica	A2	1,98	1.251,76	0,16
2 - Vertentes íngremes dos rios	F3	3.480,32	6.529,00	53,31
2 - Vertentes íngremes dos rios	F2	625,35	6.529,00	9,58
2 - Vertentes íngremes dos rios	M3	583,02	6.529,00	8,93
2 - Vertentes íngremes dos rios	M2	171,66	6.529,00	2,63
2 - Vertentes íngremes dos rios	A3/F3	24,14	6.529,00	0,37
2 - Vertentes íngremes dos rios	A2	21,96	6.529,00	0,34
3 - Vertentes de xistos	F3	8.676,50	12.899,70	67,26
3 - Vertentes de xistos	F2	504,54	12.899,70	3,91
3 - Vertentes de xistos	M3	2.489,40	12.899,70	19,30
3 - Vertentes de xistos	M2	709,19	12.899,70	5,50
3 - Vertentes de xistos	A3/F3	311,45	12.899,70	2,41
3 - Vertentes de xistos	A2	83,49	12.899,70	0,65
4 - Vertentes de granitos	F3	252,41	2.861,33	8,82
4 - Vertentes de granitos	F2	469,49	2.861,33	16,41
4 - Vertentes de granitos	M3	1.149,46	2.861,33	40,17
4 - Vertentes de granitos	M2	729,01	2.861,33	25,48
4 - Vertentes de granitos	A3/F3	219,61	2.861,33	7,68
4 - Vertentes de granitos	A2	15,97	2.861,33	0,56
5 - Vertentes primárias de Conglomerados	F3	1.536,77	6.026,16	25,50
5 - Vertentes primárias de Conglomerados	F2	282,43	6.026,16	4,69
5 - Vertentes primárias de Conglomerados	M3	1.865,54	6.026,16	30,96
5 - Vertentes primárias de Conglomerados	M2	1.172,60	6.026,16	19,46
5 - Vertentes primárias de Conglomerados	A3/F3	657,87	6.026,16	10,92
5 - Vertentes primárias de Conglomerados	A2	120,06	6.026,16	1,99
6 - Área aplanada de Xisto	F3	2.715,33	9.492,06	28,61
6 - Área aplanada de Xisto	F2	70,01	9.492,06	0,74
6 - Área aplanada de Xisto	M3	4.839,46	9.492,06	50,98
6 - Área aplanada de Xisto	M2	184,75	9.492,06	1,95
6 - Área aplanada de Xisto	A3/F3	1.020,00	9.492,06	10,75
6 - Área aplanada de Xisto	A2	286,42	9.492,06	3,02
7 - Área aplanada de granitos	F3	17,18	21.479,10	0,08
7 - Área aplanada de granitos	F2	77,03	21.479,10	0,36
7 - Área aplanada de granitos	M3	3.870,86	21.479,10	18,02
7 - Área aplanada de granitos	M2	8.471,67	21.479,10	39,44
7 - Área aplanada de granitos	A3/F3	7.262,45	21.479,10	33,81
7 - Área aplanada de granitos	A2	368,48	21.479,10	1,72

A aptidão florestal destaca-se claramente nas Vertentes íngremes de rios e Vertentes de xistos, justificada não só pelo solo mas também pelos declives acentuados. O uso misto surge logo que o relevo o permite e em todo o território concelhio.

Há a destacar a considerável importância que a aptidão agrícola/florestal superior a media, assume nas unidades centrais do concelho. Com representatividade crescente desde as Vertentes de Granitos, Vertentes primárias de Conglomerados, Área aplanada de Xisto até a Área aplanada de Granitos.

Funcionalidade silvo-pastorícia, caça e pesca nas águas interiores

Tabela 2 – Matriz da Funcionalidade de Silvo-pastorícia / Unidades de Paisagem

UNIDADES DE PAISAGEM	SILVO-PASTORÍCIA	ÁREA (HA)	UNIDADE DE PAISAGEM (HA)	UNIDADE DE PAISAGEM/PRODUÇÃO (%)
1 - Crista Quartzítica	2	248,18	1.251,76	19,83
1 - Crista Quartzítica	3	12,01	1.251,76	0,96
2 - Vertentes íngremes dos rios	2	1102,48	6.529,00	16,89
2 - Vertentes íngremes dos rios	3	11,41	6.529,00	0,17
3 - Vertentes de xistos	2	2819,39	12.899,70	21,86
3 - Vertentes de xistos	3	643,03	12.899,70	4,98
4 - Vertentes de granitos	2	529,78	2.861,33	18,52
4 - Vertentes de granitos	3	81,43	2.861,33	2,85
5 - Vertentes primárias de Conglomerados	2	639,89	6.026,16	10,62
5 - Vertentes primárias de Conglomerados	3	647,09	6.026,16	10,74
6 - Área aplanada de Xisto	2	4024,81	9.492,06	42,40
6 - Área aplanada de Xisto	3	975,27	9.492,06	10,27
7 - Área aplanada de granitos	2	6233,34	21.479,10	29,02
7 - Área aplanada de granitos	3	59,29	21.479,10	0,28

Da interceção das Unidades de Paisagem com a funcionalidade Silvo-pastorícia obtiveram-se resultados que permitem a seguinte caracterização:

Em todas as Unidades de Paisagem há um claro domínio da classe média de aptidão silvo-pastorícia. Esta funcionalidade tem por objetivo “a aptidão potencial de uma área para suporte de vida animal, pela produção de alimentos”. Partindo da avaliação do potencial de produção forrageira, elaborada com base na produção de alimentos que são igualmente

uteis as espécies animais, quer domésticas quer silvestres. A análise tem como base dois temas, solos e ocupação atual.

A produção de forragem é avaliada quer pelo aproveitamento da folhagem e fruto de árvores e mato, como pela forma como beneficiam a instalação de pastagem em sub-coberto.

Na análise as áreas identificadas com esta aptidão são áreas já arborizadas, de azinho, sobre, os carvalho que com a sua folhagem ou fruto constituem alimento para os animais, domésticos ou selvagens e/ou permitem produção de pastagem.

Funcionalidade Proteção

A funcionalidade Proteção, foi reclassificada em três classes de necessidade crescente de proteção, (A-baixa, B-média, C-alta), com a seguinte descrição:

Classe 1 – Necessidade de proteção inferior à média, os solos da RAN, os aquíferos subterrâneos e as áreas a excluir, (designado “Aquíferos+RAN”);

Classe 2 – Necessidade de proteção média, as áreas de Proteção e Recarga de Aquíferos;

Classe 3 – Necessidade de proteção superior à média, as áreas identificadas como Leitos e margens dos cursos de água, Leitos de cheia, Albufeiras e faixa de proteção, Instabilidade de Vertentes e Riscos de erosão hídrica, (Leitos+cheias+erosão+vertentes).

A RAN, surge na classe com necessidades de proteção inferior à média por se considerar que a sua proteção está mais associada à manutenção da sua produtividade e valoração ao nível da funcionalidade Produção.

Da interceção das Unidades de Paisagem com a funcionalidade Proteção obtiveram-se os resultados de caracterização:

- Na unidade de paisagem Crista Quartzítica domina o sistema “Recarga de aquíferos” com uma classificação de proteção media;
- Na unidade de paisagem Vertentes ingremes dos rios dominam os sistemas “Leitos+cheias+erosao+vertentes”, com uma classificação de proteção superior a média;
- Nas unidades de paisagem Vertentes de Xistos, Vertentes de Granito, Vertentes primarias de Conglomerados, Área aplanada de Xisto e Área aplanada de Granitos predominam os sistemas “Aquíferos+RAN” com uma classificação de proteção inferior a média.

Tabela 3 – Matriz da Funcionalidade de Proteção / Unidades de Paisagem

Unidades de Paisagem	Classes de Proteção	Área (ha)	Unidade de Paisagem (ha)	Unidade de Paisagem/Produção (%)
1 - Crista Quartzítica	Aquíferos+RAN	5,66	1.251,76	0,45
1 - Crista Quartzítica	Recarga de aquíferos	1.216,70	1.251,76	97,20
1 - Crista Quartzítica	Leitos+Cheias+Erosão+Vertentes	1.005,28	1.251,76	80,31
2 - Vertentes íngremes dos rios	Aquíferos+RAN	1.335,92	6.529,00	20,46
2 - Vertentes íngremes dos rios	Leitos+Cheias+Erosão+Vertentes	3.883,87	6.529,00	59,49
2 - Vertentes íngremes dos rios	Recarga de aquíferos	130,00	6.529,00	1,99
3 - Vertentes de xistos	Aquíferos+RAN	9.342,51	12.899,70	72,42
3 - Vertentes de xistos	Recarga de aquíferos	263,19	12.899,70	2,04
3 - Vertentes de xistos	Leitos+Cheias+Erosão+Vertentes	5.754,17	12.899,70	44,61
4 - Vertentes de granitos	Aquíferos+RAN	2.262,32	2.861,33	79,07
4 - Vertentes de granitos	Leitos+Cheias+Erosão+Vertentes	500,85	2.861,33	17,50
5 - Vertentes primárias de Conglomerados	Aquíferos+RAN	1.716,06	6.026,16	28,48
5 - Vertentes primárias de Conglomerados	Leitos+Cheias+Erosão+Vertentes	1.150,55	6.026,16	19,09
6 - Área aplanada de Xisto	Aquíferos+RAN	8.815,70	9.492,06	92,87
6 - Área aplanada de Xisto	Leitos+Cheias+Erosão+Vertentes	438,95	9.492,06	4,62
7 - Área aplanada de granitos	Aquíferos+RAN	17.578,45	21.479,10	81,84
7 - Área aplanada de granitos	Recarga de aquíferos	2.319,40	21.479,10	10,80
7 - Área aplanada de granitos	Leitos+Cheias+Erosão+Vertentes	586,10	21.479,10	2,73

Funcionalidade Conservação

A funcionalidade Conservação de habitats, de espécies da fauna e da flora, que consistiu na identificação e transcrição dos Habitats e Sítios da Rede Natura 2000 ou outras classificações existentes, foi também reavaliada por um processo de ponderação em três classes de necessidade crescente de conservação:

Necessidade de conservação inferior á media, classe 1, correspondente aos habitats sem classificação específica mas que integram a área classificada como Sítios, Nisa / Laje da Prata e S. Mamede;

Necessidade de conservação media, classe 1, correspondente a habitats como “Valores Locais” e “Importantes para a região”;

Necessidade de conservação superior á media, classe 3, correspondente aos habitats classificados como “Prioritários”.

Perante os dados obtidos e aplicados em matriz nos estudos de apoio, pode-se constatar que á exceção da unidade Vertentes Primárias de Conglomerados, cujo território não integra a Rede Natura 2000, todas as restantes unidades de paisagem estão classificadas pela Rede Natura 2000.

Analisando a representatividade das três classes de necessidade crescente de conservação, em cada Unidade de Paisagem verificamos que e a classe 1 predomina, com a exceção da Área Aplanada de Granito, com cerca de 47% do seu em território classe 2.

A classe 2 e 3 de conservação encontram maior representatividade percentual e de área territorial nas unidades Vertentes de Xisto, Área aplanada de Xisto e Área aplanada de Granitos. Esta última é mesmo a que apresenta maior área/percentagem de território em classe 3, cerca de 784ha representando cerca de 4% da área total da unidade.

De referir ainda que a unidade de paisagem Crista Quartzítica é a que tem maior área classificada, representando cerca de 97% do seu território.

Tabela 4 – Matriz da Funcionalidade de Conservação / Unidades de Paisagem

Unidade de Paisagem	Classes		Área (ha)	Unidade de	Unidade de
		Importância do habitat		Paisagem (ha)	Paisagem/Importância do habitat (%)
1 Crista Quartzítica	2	Imp para a região+valor local	249,80	1251,76	19,96
1 Crista Quartzítica	1	sítio	960,10	1251,76	76,70
1 Crista Quartzítica	3	Prioritário	2,70	1251,76	0,22
2 Vertentes íngremes dos rios	2	Imp para a região+valor local	1434,37	6529,00	21,97
2 Vertentes íngremes dos rios	1	sítio	1958,17	6529,00	29,99
2 Vertentes íngremes dos rios	3	Prioritário	157,57	6529,00	2,41
3 Vertentes de xistos	2	Imp para a região+valor local	4183,74	12899,70	32,43
3 Vertentes de xistos	1	sítio	5097,65	12899,70	39,52
3 Vertentes de xistos	3	Prioritário	211,99	12899,70	1,64
4 Vertentes de granitos	2	Imp para a região+valor local	647,59	2861,33	22,63
4 Vertentes de granitos	1	sítio	983,60	2861,33	34,38
4 Vertentes de granitos	3	Prioritário	51,44	2861,33	1,80
6 Área aplanada de Xisto	2	Imp para a região+valor local	4408,57	9492,06	46,44
6 Área aplanada de Xisto	1	sítio	1022,63	9492,06	10,77
6 Área aplanada de Xisto	3	Prioritário	238,20	9492,06	2,51
7 Área aplanada de granitos	2	Imp para a região+valor local	4175,17	21479,10	19,44
7 Área aplanada de granitos	1	sítio	5466,48	21479,10	25,45
7 Área aplanada de granitos	3	Prioritário	783,46	21479,10	3,65

Funcionalidade Recreio e Lazer

Relativamente a funcionalidade Recreio, enquadramento e estética da paisagem, a valoração atribuída na fase anterior mantem-se. Entendem-se pela identificação de valores da paisagem, naturais e patrimoniais, resultantes da presença do homem ou da sua fruição.

Tabela 5 – Matriz da Funcionalidade de Recreio / Unidades de Paisagem

VALORES DA PAISAGEM	UNIDADES DE PAISAGEM						
	1 Crista Quartzíca	2 Vertentes íngremes dos rios	3 Vertentes de xisto	4 Vertentes de granitos	5 Vertentes Primárias de Conglomerados	6 Área aplanada de xisto	7 Área aplanada de granitos
Paisagem do Conhal	X	X	X				
Linhas e massas de água	X	X	X	X	X	X	X
Portas de Rodão	X	X					
Percurso pedestres	X	X	X	X		X	
Olival em socacos		X	X				
Paisagem Urbana Tradicional			X	X		X	X
Termas – Termas da Fadagosa							X
Património arqueológico	X	X	X	X	X	X	X
Património edificado			X	X		X	X

Perante o cruzamento destes valores com as Unidades de Paisagem podemos constatar o seguinte:

- **Crista Quártzica:** Nesta unidade estão presentes a Paisagem do Conhal, as Portas de Rodão, os percursos pedestres e a marcação de áreas de influência através das principais linhas e massas de água.
- **Vertentes íngremes dos rios:** Nesta unidade estão presentes as Portas de Rodão, a Paisagem do Conhal, o Olival em socacos, os percursos pedestres e a marcação das principais linhas e massas de água, sendo este último ponto o que abrange maior área nesta unidade.
- **Vertentes de xistos:** Nesta unidade destaca-se a Paisagem Urbana tradicional, a marcação das principais linhas e massas de água, os percursos pedestres, a

paisagem do Conhal e o Olival em socalcos, estas duas últimas funcionalidades são as que apresentam maior extensão nesta unidade.

- Vertentes de granitos: Nesta unidade estão presentes os percursos pedestres, a Paisagem Urbana Tradicional e a marcação das principais linhas e massas de água.
- Vertentes primárias de Conglomerados: Esta unidade e a que apresenta menos Valores da Paisagem, sendo de destacar apenas a marcação das principais linhas e massas de água.
- Área aplanada de xisto: Nesta unidade destaca-se a marcação de áreas de influência traves das principais linhas e massas de água, os percursos pedestres e a Paisagem Urbana Tradicional.
- Área aplanada de granitos: Nesta unidade destaca-se a Paisagem Urbana Tradicional, as Termas da Fadigosa e por último a das principais linhas e massas de água.
- Ainda relativamente a esta unidade de paisagem, surgem os blocos pedunculados, valores geológicos muito importantes no âmbito da classificação do Geoparque.

Hierarquização das Funcionalidades por Unidade de Paisagem

Efetuosos os cruzamentos e análises entre as Unidades de Paisagem e as cinco funcionalidades, procedeu-se à hierarquização destas em cada unidade homogénea.

A Tabela 6, mostra a síntese de resultados analisados e sobre os quais se irá fazer a hierarquização das funcionalidades.

Tabela 6 – Matriz síntese das funcionalidades por Unidade de Paisagem

UNIDADES DE PAISAGEM	PRODUÇÃO	ÁREA (HA)	SILVO-PASTORÍCIA	ÁREA (HA)	PROTEÇÃO	ÁREA (HA)	CONSERVAÇÃO	ÁREA (HA)	RECREIO
Crista Quártzica	F2	434,60	2	248,18	2 (Recarga de aquíferos)	1.216,70	2	249,80	Paisagem do Conhal
	M2	524,73			3 (Leitos+Cheias+Erosão+Vertentes)	1.005,28	1	960,10	Linhas e massas de água Portas de Rodão Percursos pedestres
Vertentes íngremes dos rios	F3	3.480,32	2	1.102,48	1 (Aquíferos+RAN)	1.335,92	2	1434,37	Linhas e massas de água
					3 (Leitos+Cheias+)	3.883,87	1	1.958,17	Portas de Rodão Paisagem do

					Erosão+Vertentes)				Conhal Olival em soccalcos Percursos pedestres
Vertentes de xisto	F3	8.676,50	2	2.819,39	1 (Aquíferos+RAN)	9.342,51	2	4.183,74	Olival em soccalcos Paisagem do Conhal
	M3	2489,40			3 (Leitos+Cheias+Erosão+Vertentes)	5.754,17		1	5.097,65
Vertentes de granitos	M3	1.149,46	2	529,78	1 (Aquíferos+RAN)	2.262,32	2	647,59	Percursos pedestres
	M2	729,01						1	983,60
Vertentes Primárias de Conglomerados	F3	1.536,77	2	639,89	1 (Aquíferos+RAN)	1.716,06	0	0	Linhas e massas de água
	M3	1.865,54	3	647,09	3 (Leitos+Cheias+Erosão+Vertentes)	1.150,55			
	M2	1.172,60							
Área aplanada de xisto	F3	2.715,33	2	4.024,81	1 (Aquíferos+RAN)	8.815,70	2	4408,57	Linhas e massas de água
	M3	4.839,46	3	475,27			1	1022,63	Percursos pedestres
	A3/F3	1.020,00					Paisagem Urbana Tradicional		
Área aplanada de granitos	M3	3.870,86	2	6.233,34	1 (Aquíferos+RAN)	17.578,45	2	4175,17	Paisagem Urbana Tradicional
	M2	8.471,67			2 (Recarga de aquíferos)	2.319,40	1	5466,48	Termas - Termas da Fadagosa
	A3/F3	7.262,45							Linhas e massas de água

Os critérios da hierarquização, anteriormente descritos, foram sinteticamente, área da funcionalidade e número de valores em presença.

Em caso de empate, privilegiou-se as funcionalidades com alguma aptidão produtiva Florestal, Mista ou Agrícola. Considerou-se que a conservação quando ponderada como o recreio, prevalecia. O recreio é uma função transversal que é compatível com todas as outras. O Recreio prevalece quando os valores têm “epicentro” na unidade.

Na Tabela 6 apresenta-se a matriz síntese das funcionalidades para aplicação dos primeiros dois critérios de hierarquização, cujo resultado é apresentado na Tabela 7.

Tabela 7 – Hierarquização das funcionalidades por unidade de paisagem

UNIDADES DE PAISAGEM	FUNCIONALIDADES		
	1ª	2ª	3ª
1 - Crista Quartzítica	PT	CV	R
2 - Vertentes íngremes dos rios	PT	PD	R
3 - Vertentes de xistos	PT	PD	CV
4 - Vertentes de granitos	PT	PD	SP
5 - Vertentes primárias de Conglomerados	PD	PT	SP
6 - Área aplanada de Xisto	PT	PD	CV
7 - Área aplanada de granitos	PD	PT	SP

PD – Produção; PT – Proteção; SP – Silvo-pastorícia, caça e pesca nas águas interiores; CV– Conservação de habitats, de espécies da fauna e da flora; R - Recreio, enquadramento e estética da paisagem.

4 Síntese das Potencialidades/Debilidades e Orientações para a Estratégia

De seguida projetam-se as potencialidades e debilidades do concelho quanto aos parâmetros analisados na caracterização do território, e que permitiram traçar orientações para a definição da estratégia a seguir.

AMBIENTE

Potencialidades

- Riqueza paisagística pela sua especificidade
- Potencial energético a nível de energias renováveis
- Escassas fontes poluidoras – boa qualidade ambiental
- Riqueza faunística e florística
- Sítios de interesse comunitário (Rede Natura 2000)
- Presença de dois grandes rios – Tejo e Sever

- Potencial valor económico da exploração de urânio

Debilidades

- Fraca potencialidade agrícola do solo
- Elevados riscos de erosão dos solos
- Monoculturas florestais como perda da biodiversidade
- Degradação de algumas linhas de água
- Potencial risco de radioatividade no meio ambiente

Orientações para a Estratégia

- Preservação e conservação dos recursos ambientais
- Aproveitamento sustentado dos recursos ambientais
- Elaboração de Plano Municipal para o ambiente

DINÂMICA POPULACIONAL

Potencialidades

- Atratividade sazonal para alguma população jovem
- Atratividade para pessoas em idade de reforma

Debilidades

- Fraca densidade populacional
- Envelhecimento da população
- Taxa de Mortalidade a superior à Taxa de Natalidade
- Tendência para o decréscimo da população

Orientações para a Estratégia

- Fixação da população e aumento da natalidade
- Atração de alguma população específica

DINÂMICA SOCIO-ECONÓMICA

Potencialidades

- Produção artesanal e tradicional com interesse económico, quer ligados á atividade agrícola (queijo, enchidos, mel) quer ao artesanato (feltros, barros, bordados).
- Existência de produtos de qualidade já certificados na área do concelho (DOC;DOP, DO, ETG-P e IG).
- Exploração de produtos endógenos
- Extensa área florestal
- Indústrias ligadas à exploração de granito-
- Balneário termal – como pólo dinamizador
- Aumento dos níveis de escolaridade da população ativa
- Exploração turística

Debilidades

- Baixa taxa de atividade
- Predominância de trabalhadores não qualificados
- Reduzida competitividade económica das pequenas explorações (falta de associativismo)
- Fraco dinamismo e baixo grau de inovação

- Exploração florestal ligada à monocultura de floresta de crescimento rápido, sem valia económica para o concelho.

Orientações para a Estratégia

- Aposta na exploração da produção artesanal e tradicional com interesse económico, bem como a exploração de produtos endógenos
- Aposta na inovação, quer tecnológica quer criativa
- Aposta na formação dos trabalhadores
- Incentivo ao associativismo

TURISMO

Potencialidades

- Recursos culturais, etnográficos, patrimoniais e históricos com apetência para Turismo cultural e de “Slowlife”.
- Recursos naturais e paisagístico com apetência para Turismo de Natureza, Touring, Turismo de aventura, Geoturismo, Turismo termal/saúde e bem estar;
- Rede de oito percursos pedestres homologados

Debilidades

- Subexploração da hotelaria e da restauração
- Fraca estratégia de divulgação e marketing
- Falta de empreendedorismo

Orientações para a Estratégia

- Aposta no desenvolvimento turístico assente nos recursos patrimoniais, e naturais, na singularidade e excelência do território.
- Estimulo à criação de unidades hoteleiras.
- Coordenação da Ação dos Agentes Culturais com as Ações dos Agentes do Sistema Turístico.
- Criar programas turísticos baseados nos recursos da terra (agricultura, paisagem, geologia, gastronomia, património).
- Implementação de um Programa de “Slow-Life” Ligado ao Desfrute da Paisagem.

ESTRUTURA URBANA/HABITAÇÃO

Potencialidades

- Rede urbana bem estruturada
- Aposta na requalificação urbana
- Melhoria das condições de habitabilidade
- Requalificação das infraestruturas básicas

Debilidades

- Fraco dinamismo na recuperação de edifícios antigos
- Centro histórico descaracterizado
- Escassa oferta do mercado de arrendamento e elevados preços
- Alto índice de edifícios degradados

Orientações para a Estratégia

- Aposta na requalificação urbana.

- Continuação da requalificação das infraestruturas básicas.

REDE DE INFRAESTRUTURAS

Potencialidades

- Boas acessibilidades às capitais de distrito
- Níveis de cobertura de abastecimento e saneamento básico acima dos valores impostos pelo PEASAR
- Renovação da rede de infraestruturas

Debilidades

- Fraco dinamismo na recuperação de edifícios antigos
- Centro histórico descaracterizado
- Escassa oferta do mercado de arrendamento e elevados preços
- Alto índice de edifícios degradados

Orientações para a Estratégia

- Melhoria da mobilidade urbana.
- Continuação da renovação da rede de infraestruturas e aposta na inovação do sistema.

EQUIPAMENTO E SERVIÇOS

Potencialidades

- Balneário termal – como equipamento de oferta em saúde e bem estar à escala supramunicipal
- Implementação da rede museológica
- Rede escolar requalificada- Novo centro Escolar em execução
- Novo centro de saúde projetado
- Rede de unidade móvel - saúde

Debilidades

- Fraca rede de transportes públicos intrafreguesias
- Algumas carências nas respostas sociais face ao envelhecimento populacional

Orientações para a Estratégia

- Valorização das instalações do balneário do Complexo Termal nas suas potencialidades terapêuticas, qualidades lúdicas, aliando a Saúde o Bem-Estar e o Lazer.
- Construção do Centro Escolar.
- Conclusão da rede museológica.
- Reforço da Rede de unidade móvel - saúde

EQUIPAMENTOS DE SAUDE

Potencialidades

- Balneário termal – como equipamento de oferta em saúde e bem estar à escala supramunicipal
- Implementação da rede museológica
- Rede escolar requalificada
- Novo centro de saúde projetado
- Rede de unidade móvel - saúde

Debilidades

- Fraca rede de transportes públicos intrafreguesias
- Algumas carências de serviços sociais face ao envelhecimento populacional

Orientações para a Estratégia

- Valorização das instalações do balneário do Complexo Termal nas suas potencialidades terapêuticas, qualidades lúdicas, aliando a Saúde o Bem-Estar e o Lazer.
- Construção do Centro Escolar.
- Conclusão da rede museológica.
- Reforço da Rede de unidade móvel - saúde

PATRIMÓNIO

Potencialidades

- Património natural e paisagístico:
- Monumento Natural das Portas de Ródão;
- Geoparque
- Elevado número de elementos arqueológicos e arquitetónicos inventariados
- Património cultural e imaterial

Debilidades

- Alguns elementos do património degradados ou abandonados
- Fraca dinamização e aproveitamento dos recursos patrimoniais
- Falta de inventariação do património imaterial

Orientações para a Estratégia

- Requalificação e valorização do património identitário de carácter natural, construído e simbólico.
- Manutenção da Classificação do Geoparque.
- Continuação de pesquisa e inventariação sobre o património.

AGROFLORESTA

Potencialidades

- Potencialidade produtiva para sistemas mistos, agrossilvo-pastorís de produção de forragens, para alimentação de animais silvestres e domésticos;
- Potencial para o desenvolvimento da pecuária extensiva, associada ao uso misto
- Potencial para a produção de cortiça – Um dos produtos florestais estruturados em fileira florestal;
- Potencial para a produção Florestal – Indicador para interesse e/ou investimento no setor;
- Potencial para o desenvolvimento de atividades de recreio e lazer nos espaços florestais; Existência de elementos notáveis na paisagem, naturais ou artificiais – Portas de Ródão, paisagem do Conhal, rio Tejo, ribeiras e albufeiras, encostas do Tejo, (com Olival em socacos) –
- Potencial para o desenvolvimento da atividade cinegética - a qual representa, respetivamente, fortes ligações à atividade turística pela existência de elevado número de Zonas de Caça Turística e espécies adaptadas a pastoreio extensivo;
- Potencial para o desenvolvimento da atividade de pesca nas águas interiores, decorrente da existência dos rios Tejo e Sever de e, albufeiras com potencial para a pesca;

Debilidades

- Solos com baixa capacidade de uso, cerca de metade do território tem limitações severas a muito severas de utilização.
- Fraca aptidão agrícola, face aos solos em presença;
- Reserva Agrícola Nacional constituída por áreas pequenas, fragmentadas e dispersas.
- Relevo ondulado a acentuado em cerca de 40% do concelho com declives entre a 9% e 16%, sendo que metade deste valor corresponde a declives superiores a 16%;
- Zonas mais aplanadas com muitos afloramentos rochosos;
- Existência de espaços florestais não geridos ou com gestão incipiente;
- Fragmentação e reduzida dimensão da propriedade;
- Baixo grau de associativismo dos produtores;
- Fraca regeneração natural nos povoamentos de sobreiro e azinheira;
- Conflitualidade entre a gestão cinegética e os outros usos, nomeadamente a atividade silvo-pastoril.
- População envelhecida – elevada proporção a população com mais de 65 anos e, conseqüentemente, despovoamento a médio prazo;
- Isolamento relativamente a grandes centros urbanos nacionais e comunitários.

Orientações para a Estratégia

- Diminuição do risco de ignição e perigo de propagação dos incêndios florestais,
- Criação de áreas de gestão únicas de dimensão adequada, como combate á pequena dimensão da propriedade e melhoria da gestão,
- Aumentar o conhecimento técnico na gestão agroflorestal,
- Melhorar os usos e práticas agrícolas, silvo-pastoris e florestais, recupera-las de acordo com o potencial produtivo do concelho,

As potencialidades assentam sobretudo nos valores locais, designadamente na excelência dos produtos locais, meio ambiente, riqueza natural, patrimonial e paisagística, bem como na qualidade e especificidade dos equipamentos existente. A diminuição da população, o seu envelhecimento, o fraco dinamismo e baixo grau de inovação têm funcionado como impedimento ao aproveitamento das potencialidades do concelho.

O aproveitamento dos valores locais por excelência, a aposta na inovação tecnológica e criativa, o incentivo ao associativismo como forma de ultrapassar o fraco dinamismo, são linhas orientadores para a estratégia e transversais a todos os parâmetros de desenvolvimento.

5 Estratégia de Desenvolvimento Concelhio

A câmara recorreu a um trabalho externo, feito em estreita discussão com a equipa técnica e Direção Política da Câmara com a finalidade de, perante as análises e conhecimentos

adquiridos do território e intercambio estabelecido continuamente com os Agentes Locais e as populações, estabelecer linhas de orientação estratégica para o desenvolvimento municipal.

Descreve o documento de trabalho que o "Plano" defende um Conceito Global a aplicar a este território específico. Consiste no desenvolvimento das potencialidades, evidenciadas no território de inúmeros modos diversos, dos Valores Locais, cuja potenciação, reinterpretação e requalificação permitem o Restauro deste tipo de Património. Estes Valores Locais sendo colocados em "Rede", estabelecem novos ex-usos do Território, novos meios de subsistência, novos mercados, novas relações entre o Homem e o espaço Natural, e permitem recuperar uma identidade quase perdida, classificada neste "Plano" como matéria-prima a explorar. Deste modo, novas funções atribuídas à Paisagem, novos conceitos como a Paisagem Produtiva, ou o estabelecimento de Centros de Apoio Local, permitem criar uma nova imagem do Concelho, quer para os habitantes quer para os visitantes. A interligação entre todas as valências do Governo do Território, submetidas a esta nova lógica de ação, permite uma visão mais abrangente, influenciando até as questões relacionadas com o Planeamento Urbanístico.*

5.1. Objetivos Gerais

Atratividade/Fixação/Emprego/Formação são os objetivos gerais que expressam uma vontade do Concelho em potenciar os seus recursos numa lógica qualitativa, associando a saúde e o lazer a uma cultura de território que permita tomar consequentes o bem-estar físico e psíquico do indivíduo, potenciando as condições excecionais da paisagem, dos recursos locais e dos valores construídos e apostando numa outra dimensão das condições de recetividade.

5.2. Vetores de Desenvolvimento

Os vetores de Desenvolvimento traduzem-se na "Recetividade", "Sustentabilidade da Paisagem", "Recursos Locais", "Sustentabilidade dos Aglomerados", "Coesão Social e Confiança nas Oportunidades".

5.3. Objetivos Estratégicos

- AUMENTAR A ATRATIVIDADE DO CONCELHO
- Reforço da condição de exceção de Nisa;
- Reforço do efeito difusor do Complexo Termal sobre novas formas de desfrute do território e seus valores;
- Reforço do efeito difusor do Geoparque sobre novas formas de desfrute do território e seus valores
- Afirmação no contexto sub-regional promovendo a complementaridade de programas de interação cultural e territorial.
- PROMOVER A SUSTENTABILIDADE DA PAISAGEM:
 - Defesa da biodiversidade;
 - Reforço da relação das formas de ocupação humana com a paisagem;
 - Qualificar a paisagem através da exaltação das suas capacidades produtivas.
- EVIDENCIAR OS RECURSOS LOCAIS PRÓPRIOS DO TERRITÓRIO:
 - Seleção e qualificação de fileiras produtivas e fileiras culturais ligadas à identidade dos lugares;
 - Procura de novas formas de conjugação entre tradição e inovação;
 - Promoção da imagem dos recursos locais enquanto produto de sistema equilibrado de aproveitamento das condições próprias do Concelho.
- FOMENTAR A SUSTENTABILIDADE DOS AGLOMERADOS
 - Qualificação do espaço público e recuperação de edificado;
 - Procura de novas formas de autonomia relativamente às dependências dos sistemas convencionais energéticos e infraestruturais;
 - Oportunidade de gestão integrada.
- PROMOVER A COESÃO SOCIAL E A CONFIANÇA NAS OPORTUNIDADES
 - Melhoria das condições de vida que permitam a fruição de serviços de apoio;
 - Apoiar as iniciativas que estimulem o desenvolvimento e conduzam ao reforço da capacidade empresarial e à criação de emprego;

- Potenciar a fixação de valores da qualificação dos produtos, da formação/educação dos recursos humanos e da requalificação da estrutura de povoamento.
- PREVENÇÃO DE RISCOS NATURAIS E TECNOLÓGICOS
- Minimização dos riscos naturais e tecnológicos

5.3.1 Aumentar a atratividade do concelho

A atratividade do Concelho, passa pela sua inserção num território onde é dominante a proximidade a um conjunto de centros urbanos com uma carga simbólica consolidada em Portugal e que permite associar Nisa a um arco territorial que vai de Belver/Gavião até Castelo de Vide/Marvão aumentando assim a sua capacidade de atração. Por outro lado a proximidade a uma estrutura viária fundamental norte-sul como é o IP2, e interior-litoral como é o IP6/A23 que coloca Nisa como porta de entrada para este arco assim definido, conferindo por isso vantagens.

A uma escala mais detalhada, a existência neste arco territorial de uma fronteira que permite ligação a Cáceres e à Ruta de la Plata e ainda a proximidade a alguns monumentos com capacidade de atração pelo seu valor próprio, permitem pensar em formas de potenciar outras portas de ligação com o território envolvente. Mas por si já Nisa apresenta alguns valores no âmbito da memória e da história que, estudados de novo com o objetivo de os tornar fatores de atração singular, nomeadamente a presença de um conjunto de povoados e construções militares que, postos em rede, pudessem evidenciar-se enquanto elementos de uma colonização medieval do território e na qual se destaca a importância de Belver e Amieira do Tejo na organização territorial das ordens militares religiosas, em contraponto com Montalvão e Marvão. Associado a esta dimensão da história, um conjunto de memórias desde as tradições populares até às formas de povoamento que no Concelho têm um especial interesse, dada a transição que a ribeira de Figueiró sempre desempenhou, o que permitiria estimular uma dimensão cultural do Concelho mais abrangente.

Neste arco territorial assume uma importância determinante a presença do rio Tejo como fronteira limite que faz de Nisa o concelho com maior proximidade ao Tejo e cria uma potencialidade lúdica acrescida pela presença de geossítios entre os quais se destaca o monumento natural das "Portas de Ródão". A intervenção junto à barragem do Fratel, potencial centro difusor da atratividade e centro de investigação de energias renováveis e de

interpretação dos vetores de desenvolvimento aplicados, assegurará a coordenação de toda esta estrutura, seja para o lazer seja para observação e estudo de todo o ambiente natural ligado ao Tejo, desde a singularidade da paisagem onde ressaltam a presença de uma fauna e flora particulares até ao valor dos vários sítios de valor arqueológico, atratividade esta reforçada pela integração no "Geoparque", que pode vir a conferir a este ambiente uma grande visibilidade.

Também a aposta numa outra dimensão das condições de recetividade para o complexo termal de Nisa dá expressão a uma vontade do Concelho em potenciar os seus recursos numa lógica qualitativa associando a saúde e o lazer a uma cultura de território que potencie as condições excecionais da paisagem, permitindo tornar consequentes o bem-estar físico e psíquico do indivíduo.

5.3.2 Promover a sustentabilidade da paisagem

Um dos vetores de desenvolvimento considerados é a Paisagem enquanto elemento determinante da cultura do território no qual a antropização não é ainda muito agressora apresentando portanto condições de defesa da biodiversidade e de desfrute, seja pela descoberta contínua de panoramas e pontos de vista seja, pela presença de rios e albufeiras seja pelo sossego e isolamento que permite, criando condições para o desenvolvimento de uma cultura de "slowlife".

Parece importante criar uma rede de percursos e de desfrute da paisagem que a potencie enquanto elemento de atração e de apropriação do território.

Por outro lado ressalta o facto de algum abandono fortemente determinado pelo êxodo populacional que provocou uma diminuição do tratamento da paisagem, que perdeu a sua importância enquanto elemento de suporte de uma produção e que parece apresentar condições favoráveis a uma certa recuperação do abandono. A criação de uma "entidade coordenadora de gestão da paisagem" pode permitir um estímulo à produção ainda com níveis de produtividade não competitivos mas que assegurem a manutenção da paisagem enquanto elemento físico e por outro o desenvolvimento das condições de desfrute por parte dos interessados num lazer associado ao mundo rural que ao mesmo tempo possa explorar a produção de alguns produtos como seja o olival, elementos de uma paisagem que volte a

ser produtiva ainda que num regime de exploração de produtos de excelência, que poderão ser o azeite excecional ou um campo de cores ou odores

5.3.3 Evidenciar os recursos locais próprios do território

A consideração de que os "produtos da terra" têm um carácter excecional leva a que eles sejam considerados como um vetor de desenvolvimento. O queijo, a carne de borrego, o azeite e os enchidos permitem pensar que dado o seu valor qualitativo podem ganhar um carácter excecional que exalte as suas qualidades e as características enquanto produtos oriundos de um território explorado em condições de relativa harmonia com a paisagem, podendo pensar-se na eventual criação de uma marca global de produtos associados a uma cultura do território assente numa investigação sobre as suas qualidades próprias.

Neste sentido se podem considerar também os diversos tipos de artesanato existentes no Concelho aumentando a sua "visibilidade" enquanto valores da cultura local que se renovará através da inovação do seu processo de conceção.

Também quanto à extração e laboração de rochas e pedras seria de pensar num "Centro da Pedra" no âmbito do qual se poderia desenvolver investigação relativamente a novas formas de utilização da pedra bem como quanto à laboração manual nalgumas pedras que apresentam maiores dificuldades na laboração mecânica, criando assim uma maior fixação de valor seja por incorporação dos saberes locais seja pela excecionalidade que a pedra poderá assim ganhar recuperando formas antigas de a trabalhar.

5.3.4 Fomentar a sustentabilidade dos aglomerados

Considera-se também o património construído como um vetor de desenvolvimento numa perspectiva como elemento mais evidente de expressão de uma cultura. No Concelho existem um conjunto de aglomerados em processo de despovoamento com envelhecimento da população, que tem originado um abandono progressivo do edificado e uma desqualificação do espaço público recentemente em processo de inversão.

Para além de um estímulo à requalificação do espaço público parece importante introduzir o problema de durabilidade e manutenção deste tipo de intervenções. Nisa representa-se como um local central de uma rede de aglomerados de grande potencial para uma vivência

harmoniosa do espaço que deverá ser pontuado por uma série de equipamentos que não só sejam estímulo à sua percorrência mas também possam ser elementos da melhoria da qualidade de vida dos residentes.

No entanto o estado de abandono do edificado, que apresenta condições de agravamento natural, permite pensar na implementação numa "entidade coordenadora de gestão do construído" que no âmbito de figuras como a das sociedade de reabilitação urbana permitisse estabelecer parcerias de modo a recuperar alguns elementos construídos nos aglomerados potenciando assim as condições de fixação da população e aumentando a oportunidade de oferecer um alojamento complementar para desfrutar da vida termal quer de um estilo "slowlife" quer ainda como alojamento turístico gerido de forma integrada, reforçando assim a estrutura de povoamento.

5.3.5 Promover a coesão social e a confiança nas oportunidades

O quinto vetor de desenvolvimento assenta na consideração de existirem oportunidades para a fixação de população e a criação de emprego que servirão de motor para o restabelecimento da confiança de cidadãos e investidores, apoiada por um processo de formação e educação.

Um primeiro conjunto de medidas para o restabelecimento da confiança das oportunidades passa por implementar um serviço/centro de apoio local em alguns aglomerados em condição de perda, de modo a melhorar o atendimento e a atenção aos residentes podendo ser também um ponto de divulgação de valores locais associados à paisagem. A esta iniciativa estarão associados programas de educação e qualificação de emprego sempre orientados para perspectiva dos recursos locais no qual as referidas "entidades coordenadoras" de gestão da paisagem e do construído possam ter um papel mais significativo.

Um segundo conjunto de medidas passará pela implantação de uma área de feiras e mercados que possa vir alargar a base social de investimento e melhorar as oportunidades de produção/troca que permitam aumentar o rendimento global do Concelho.

5.3.6 Prevenção de riscos naturais e tecnológicos

Um dos objetivos estratégicos do Plano Diretor Municipal, enquanto Instrumento de Gestão Territorial, é o de criar meios que visem a proteção da população no que se refere aos riscos naturais e tecnológicos. Isto faz-se através de uma ocupação, utilização e transformação do solo que tenham em conta a segurança de pessoas, prevenindo os efeitos decorrentes de catástrofes naturais ou da ação humana.

Conhecer os riscos com detalhe é uma condição indispensável para a tomada de medidas que levem à sua minimização ou eliminação.

Os riscos naturais passíveis de ocorrer no Município de Nisa ou com capacidade para afetação do território, independentemente das consequências ou probabilidade de ocorrência, são os resultantes de condições meteorológicas adversas (nevoeiros; nevões; ondas de calor; vagas de frio; precipitação intensa; granizo; trovoadas; vento forte e fenómenos convectivos, ciclones, tornados, outros); hidrológicas (secas; cheias e inundações), geodinâmica interna (sismos) e geodinâmica externa (acidentes geomorfológicos/movimentos de massa em vertentes). Os riscos tecnológicos são os relacionados com os transportes (acidentes graves de tráfego rodoviário, fluvial e aéreo; acidentes no transporte rodoviário de mercadorias perigosas com emissões, derrames, incêndios, explosões); vias de comunicação e infraestruturas (colapso de obras de arte e outras estruturas, acidentes em infraestruturas de transporte de produtos perigosos-gasodutos, cheias e inundações por rotura de barragens); atividade industrial e comercial (acidentes em indústrias, acidentes em instalações de abastecimento de combustíveis, emergências radiológicas) e áreas urbanas (incêndios urbanos e colapso de estruturas). Os outros riscos a considerar são os mistos (incêndios rurais/florestais) e os sociais (terrorismo ou pânico coletivo em concentrações humanas, p. ex.).

6 Modelo de Ordenamento

6.1 Vocação do território

Como já referenciado, foram limitadas sete unidades ecológicas de paisagem para o município de Nisa a partir das componentes biofísicas da paisagem e cuja informação foi cruzada com as componentes culturais, agroflorestais e socioeconómicas, servindo de base

para a abordagem que se faz da vocação do território a traduzir nas medidas de ordenamento.

Para cada unidade de paisagem, tendo em conta as potencialidades e condicionantes a que está sujeita é analisada a vocação do território.

Crista Quartzítica

Potencialidades

Importantes valores naturais, culturais e paisagísticos: elevada sensibilidade ecológica – zimbro, riqueza ornitológica (Águia de Bonelli); riqueza patrimonial - Geossítios, Portas de Ródão, Buraco da Faiopa.

Condicionantes

Rede Natura 2000;

Monumento Natural das Portas de Rodão;

REN;

Áreas de proteção do furo da Galeana;

Sobreiro/Azinheira;

Áreas ardidadas.

Vocação

Floresta de proteção;

Turismo de Natureza (observação de flora e fauna local, com destaque para observação de aves – bird watching;

Conservação da natureza e preservação da biodiversidade;

Potencial exploração de energia eólica a Sudeste da Serra, condicionada a locais que não interfiram com a preservação da biodiversidade, nomeadamente a proteção das aves

Encostas íngremes dos rios

Potencialidades

Riqueza biológica e paisagística: avifauna e vegetação ripícola de elevado valor ecológico; presença da foz de vários afluentes do Rio Tejo; pesca; valores culturais e patrimoniais: Barragem do Fratel, Barca da Amieira; gravuras rupestres; Fisga do Tejo; muro de Sirga; caminhos de pedra; Casa de Xisto e Azenhas do Sever; Olival tradicionais em socacos.

Condicionantes

Rede Natura 2000;

REN;

Sobreiro/Azinheira;

Áreas ardidas;

Zona de proteção das albufeiras;

Vocação

Floresta de proteção;

Preservação da vegetação ripícola;

Preservação de áreas agrícolas tradicionais (Olival);

Turismo de Natureza;

Atividades lúdicas/turísticas de baixo impacto ligadas à água (desportos náuticos de baixo impacto; passeios de barco; pesca desportiva/turística), percursos pedestres;

Caça;

Pesca;

Apicultura (quadrante Nordeste);

Conservação da natureza e preservação da biodiversidade.

Vales de xisto

Potencialidades

Importante património cultural (Conhal do Arneiro, olival em socalcos, estruturas de aproveitamento do ciclo da água – açudes e noras) e paisagístico.

Condicionantes

Rede Natura 2000;

REN;

Sobreiro/Azinheira;

Áreas ardidas;

Zona de proteção das albufeiras;

Monumento Natural das Portas de Rodão;

Área Arqueológica do Conhal / Arneiro (em vias de classificação).

Vocação

Floresta de proteção;

Floresta de produção;

Preservação de áreas agrícolas tradicionais (Olival);
Turismo de natureza;
Geo-Turismo (Conhal do Arneiro Geoparque Naturtejo da Meseta Meridional) Percursos Pedestres;
Caça;
Apicultura;
Conservação da natureza e preservação da biodiversidade.

Vales de Granito

Potencialidades

Potencialidades: Paisagem de características particulares; Património construído: castelo de Amieira do Tejo, Ponte Medieval da Ribeira de Figueiró; estaleiro da Barragem do Fratel e Complexo Turístico do Rio Tejo como potenciais estruturas de apoio á atividade turística e/ou sócio cultural.

Condicionantes

Rede Natura 2000;
REN;
Sobreiro/Azinheira;
Áreas ardidas.

Vocação

Floresta;
Sistemas agrossilvo-pastoris;
Agricultura tradicional envolvente à Amieira do Tejo;
Turismo rural/de habitação;
Turismo cultural;
Práticas desportivas ao ar livre, nomeadamente BTT, percursos pedestres e de orientação;
Apicultura;
Caça;
Conservação da natureza e preservação da biodiversidade.

Vales primários de Conglomerados

Potencialidades

Características biofísicas propícias à atividade florestal; Galeria ripícola da Ribeira de Alferreira como elemento vegetal de grande importância paisagística e ecológica

Condicionantes

REN;

Sobreiro/Azinheira;

Áreas ardidas.

Vocação

Floresta;

Sistemas agrossilvo-pastoris;

Caça

Áreas aplanadas de Xisto

Potencialidades

Potencialidades: Paisagem diversificada e de extrema importância ecológica a nível do património vegetal (montados, habitats naturais e seminaturais); Património arquitetónico e cultural também com elevado interesse.

Condicionantes

Rede Natura 2000;

REN;

Sobreiro/Azinheira;

Áreas ardidas;

Urânio - "Jazigo de Nisa"

Vocação

Florestal;

Sistemas agrossilvo-pastoris;

Agricultura tradicional envolvente aos aglomerados urbanos;

Turismo cultural;

Turismo rural/ de habitação;

Caça;

Apicultura.

Conservação da natureza e preservação da biodiversidade.

Áreas aplanadas de Granito

Potencialidades

Existência de montados; Património Geomorfológico (blocos pedunculados – Geossítios inseridos no Geoparque); presença de valores naturais e seminaturais de elevado valor ecológico: habitats prioritários – charcos temporários; Termas da Fadagosa; Recursos naturais (minerais, geológicos e hidrominerais – urânio, granito, águas termais sulfurosas.

Condicionantes

Rede Natura 2000;
REN (proteção e recarga de aquíferos);
Sobreiro/Azinheira;
Áreas ardidas;
Áreas de proteção do furo das Termas;
Pedreiras;
Urânio - “Jazigo de Nisa.

Vocação

Agrossilvo-pastoril;
Agrícola;
Turismo de Natureza;
Geo-turismo;
Turismo Termal/ Saúde e Bem-estar
Preservação da natureza/biodiversidade: Habitats naturais e seminaturais;
Indústria extrativa de granitos

Traduzindo-se graficamente uma síntese feita com os dados obtidos, permite-nos relacionar as vocações obtidas, o que resulta no mapa seguinte:

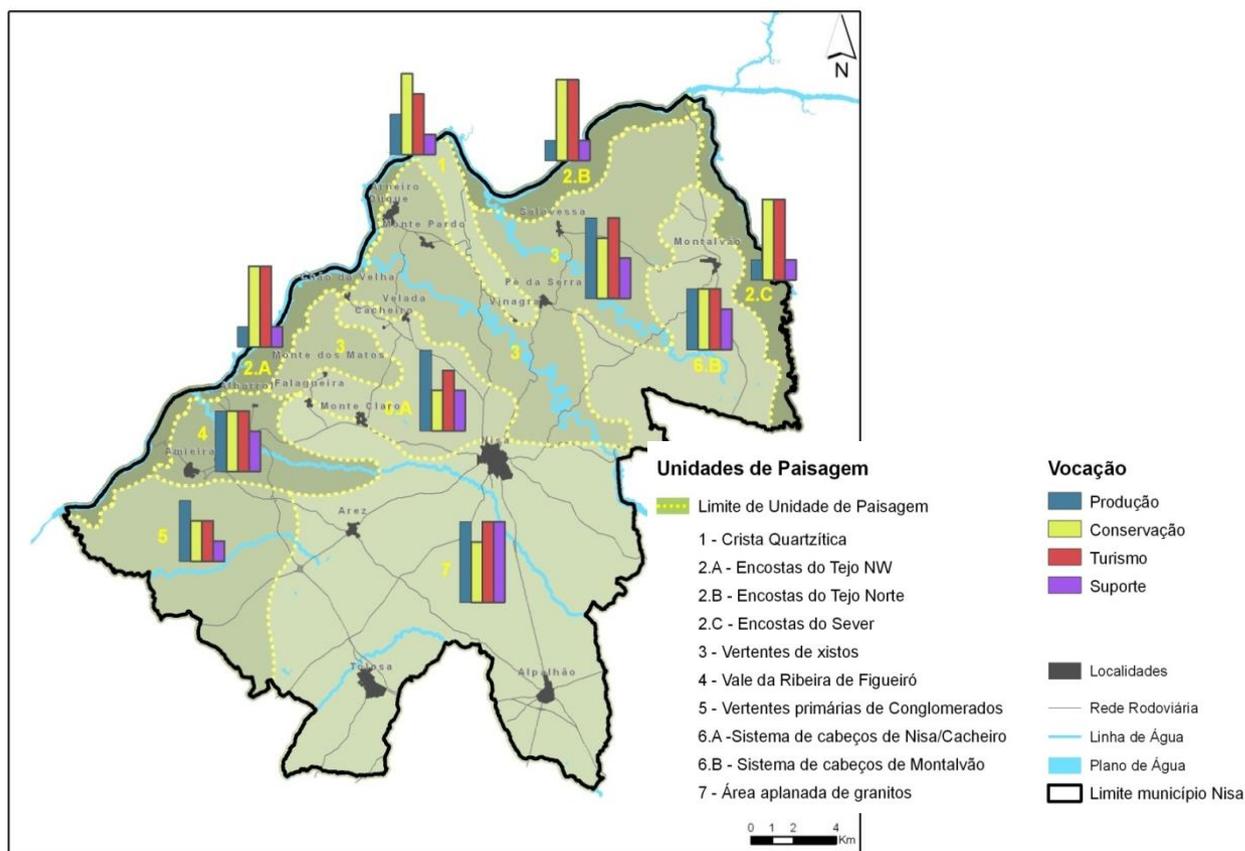


Ilustração 1 – Vocação das diferentes Unidades de Paisagem do Município de Nisa

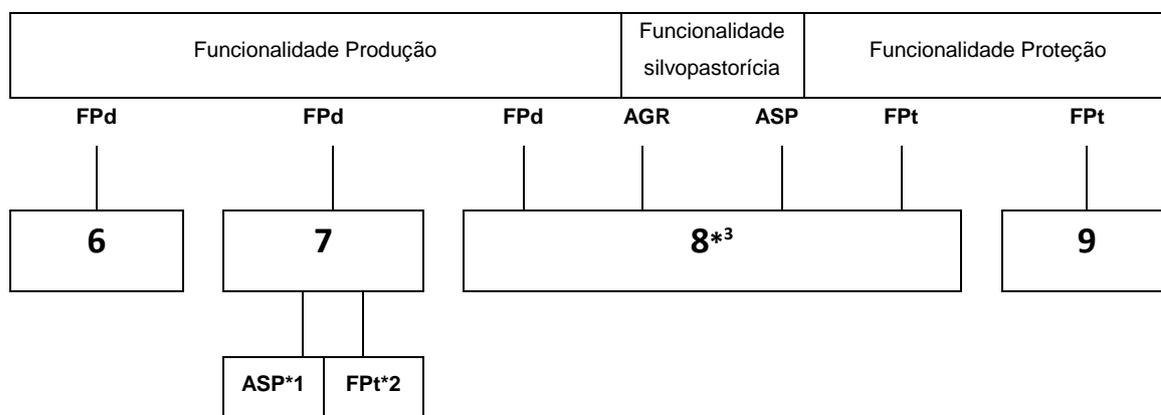
6.2 Classificação e Qualificação do Solo

6.2.1 Solo Rural

Entende-se para efeitos do RJIOT, Solo rural como aquele para o qual é reconhecida vocação para as atividades agrícolas, pecuárias, florestais ou minerais, assim como o que integra os espaços naturais de proteção ou de lazer, ou que seja ocupado por infra – estruturas que não lhe confirmam o estatuto de solo urbano.

No que concerne ao ordenamento agroflorestal, a caracterização das unidades de paisagem face às funcionalidades, potencial produtivo e características biofísicas gerais, sustenta a determinação das classes de espaço.

Os critérios de integração estabeleceram-se com base no somatório de cada equação/linha da matriz, tabela 8 – classificação do solo. Este somatório ditou valores entre 6 e 9, que foram ponderados nas classes de espaço da seguinte forma:



* Casos especiais

FPt – Floresta de Proteção. **FPd** - Floresta de Produção. **ASP** – Agro-Silvopastoril. **AGR** – espaço Agrícola

Casos especiais:

- *1. Área aplanada de granitos, ($M2+S2+P2+C1=7ASP$), atendendo às características biofísicas e uso atual do solo, optou-se pela classificação como espaço Agro-Silvopastoril (ASP).
- *2. Vertentes Primárias de Conglomerados, ($M2+S2+P3+C0=7FPt$), atendendo às características biofísicas, nomeadamente o facto de se desenvolver em zonas de grande sensibilidade, (classe 3, superior à média ao nível da proteção), em Leitos+Cheias+Erosão+Vertentes do solo, optou-se pela classificação como espaço de Floresta de Proteção (FPt)
- *3. O valor 8 apurado, representa a quase totalidade do concelho, pelo que se considerou redutor a classificação em uma só classe de espaço. Neste sentido desenvolveu-se uma reponderação dos parâmetros atendendo os seguintes critérios:
 - Classificação como FPd em espaços da classe 3 de Produção Florestal, classe 1 de Proteção.
 - Classificação como FPt em espaços da classe 2 ou 3 de Produção Florestal ou Mista, classe 2 ou 3 de Proteção.

- Classificação como ASP em espaços da classe 3 de Produção em Uso Misto, classe 1 de Proteção.
- Classificação como AGR em espaços da classe 3 de Produção (A3) e classe 2 de proteção.

Tabela 8 – Classificação do solo

UNIDADES DE PAISAGEM	PRODUÇÃO (A AGRÍCOLA F FLORESTAL M USO MISTO)	SILVO- PASTORÍCIA (S)	PROTEÇÃO (P)	CONSERVAÇÃO (C)	PONDERAÇÃO Σ	CLASSIFICAÇÃO DO SOLO	Obs.	
Crista Quartzítica	F2	S2	P2 (Recarga de aquíferos)	C2	8	FPt	* ³	
	M2		P3 (Leitos+Cheias+ Erosão+Vertentes)	C1	8	FPt	* ³	
Vertentes íngremes dos rios	F3	S2	P1 (Aquíferos+RAN)	C2	8	FPd	* ³	
			P3 (Leitos+Cheias+ Erosão+Vertentes)	C1	9	FPt		
Vertentes de xisto	F3	S2	P1 (Aquíferos+RAN)	C2	8	FPd	* ³	
	M3		P3 (Leitos+Cheias+ Erosão+Vertentes)	C1	9	FPt		
Vertentes de granitos	M3	S2	P1 (Aquíferos+RAN)	C2	8	ASP	* ³	
	M2			C1	6	FPd		
Vertentes Primárias de Conglomerados	F3	S2	P1 (Aquíferos+RAN)	C0	6	FPd		
	M3				P3 (Leitos+Cheias+ Erosão+Vertentes)	8	ASP	* ³
	M2				7	FPt	* ²	
Área aplanada de xisto	F3	S2	P1 (Aquíferos+RAN)	C2	8	FPd	* ³	
	M3	S3		C1	8	ASP	* ³	
	A3/F3			8	FPd	* ³		
Área aplanada de granitos	M3	S2	P1 (Aquíferos+RAN)	C2	8	ASP	* ³	
	M2			C1	7	ASP	* ¹	
	A3/F3				8	AGR	* ³	

FPt – Floresta de Proteção. **FPd** - Floresta de Produção. **ASP** – Agro-Silvopastoril. **AGR** – espaço Agrícola

A ponderação foi feita unidade a unidade sem esquecer a visão estratégica geral para o concelho.

Quando os princípios gerais se revelaram insuficientes para determinar a classificação do espaço, ou prevalece apenas a funcionalidade Produção ou esta com a Proteção em áreas da classe Recarga de aquíferos e/ou Aquíferos+RAN, (caso das unidades 5 e 7), considerou-se na ponderação o Uso Atual do Solo como determinante positiva, isto é:

- No caso da unidade 5, depois de aplicar os princípios gerais e, em áreas apenas com a funcionalidade Produção, optou-se classificar o espaço como Floresta de Produção, uma vez que o uso atual é já nesse sentido, (Floresta de Eucaliptos).
- No caso da unidade 7, depois de aplicar os princípios gerais e, onde a funcionalidade de Produção prevalece sobre a Proteção e onde existem os declives suaves determinando as zonas mais aplanadas e o uso atual do solo é já agrícola, classificou-se esta zona como Espaço Agrícola

É de salientar que sobre as classes de espaço, determinadas, prevalecerá como determinantes positivas os solos que integram a RAN, classificados como Espaços Agrícolas em RAN, os espaços que integram a Rede Natura 2000, designados “habitats prioritários”, classificados como Espaços de Conservação Prioritária e, ainda os Espaços Culturais e Paisagísticos, como sejam os espaços já classificados do Monumento Natural, “Portas de Ródão”, o “O Conhal de Arneiro”, ou outros que venham a ser classificados.

Ao Ordenamento Agroflorestal sobrepõe-se ainda o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, ao nível das medidas previstas, tais como Faixas e Mosaicos de Parcelas de Gestão de Combustível, Rede Viária Florestal, Rede de Pontos de Água, Rede de Postos de Vigia e Bacias de Visibilidade.

Ainda, os espaços com potencialidades minerais e industriais, os espaços naturais de proteção ou de lazer, ou destinados a infra – estruturas, equipamentos e outras estruturas que não lhe confirmam o estatuto de solo urbano.

Sendo maioritária a vocação do território para as atividades agroflorestais, a importância dos recursos geológicos é também evidente, sobretudo pela qualidade dos granitos existentes, da águas mineral natural e extensão da massa uranífera do concelho, admitindo nesta

classe de solo a sustentação das categorias de espaço de recursos geológicos (consolidados e potenciais), energéticos e hidrominerais de subsolo.

6.2.2 Solo Urbano

O Solo urbano, de acordo com RJOT, é aquele em que é reconhecida vocação para o processo de urbanização e de edificação.

No que diz respeito a Nisa, de acordo com as características morfológicas e tipológicas, dimensão e importância urbana no contexto territorial estabeleceu-se uma hierarquia dos núcleos urbanos, à qual correspondem propostas específicas de Qualificação Urbana (Ilustração 2). São definidas quatro classes:

CLASSE A - Alpalhão; Nisa; Tolosa - Núcleos Urbanos estruturados, de importância urbana relevante que se pretende reestruturar e dotar de condições de expansão urbana. Apresentam uma maior dimensão e dinâmica populacional (mais de mil habitantes), existência de equipamentos estruturantes que servem todo o Concelho, e onde as atividades empresariais estão mais implantadas. São núcleos urbanos em que é de esperar continuidade daquelas dinâmicas, e onde existe alguma pressão urbanística permitindo equacionar a reestruturação de uma expansão urbana assente num eixo de desenvolvimento a criar, gerando novas centralidades;

CLASSE B - Amieira do Tejo; Arês; Montalvão; Monte do Arneiro/Monte do Duque; Monte Claro; Pé da Serra - Núcleos Urbanos com importância urbana média que se pretende dinamizar. Não sendo núcleos com dinâmica populacional ou empresarial relevante, são no entanto sedes de equipamentos administrativos e sociais e de associações de importância concelhia, desempenhando um papel de lugares centrais de um “território local” e, nalguns casos, núcleos de dimensão relativamente importante, de tal modo que se deverão dotar de condições para a localização de novos equipamentos e de uma zona de expansão urbana ordenada apoiada em via estruturante;

CLASSE C - Falagueira; Salavessa; Velada - Núcleos Urbanos que se pretende consolidar. Apresentam condições mínimas para suportar fixação da população, quer pela sua dinâmica urbana, quer pela sua dimensão, quer por serem sedes de serviços à população, pelo que é

determinante a criação de novas áreas para a implantação de equipamentos que, em apoio à consolidação da estrutura urbana, estimulem essa fixação;

CLASSE D - Albarrol; Cacheiro; Chão da Velha; Monte dos Matos; Monte do Pardo; Vila Flor; Vinagra - Núcleos Urbanos de dimensão reduzida com menos de cem habitantes, nos quais não se verificou dinâmica urbana significativa durante os últimos anos, não sendo de prever esforço concelhio de modo a reverter esta situação. Nestes núcleos não se preveem áreas de expansão, estimulando-se assim a requalificação do edificado, que deverá respeitar o grau de autenticidade identificada nestes Estudos de modo a não agredir a unidade formal do conjunto edificado.

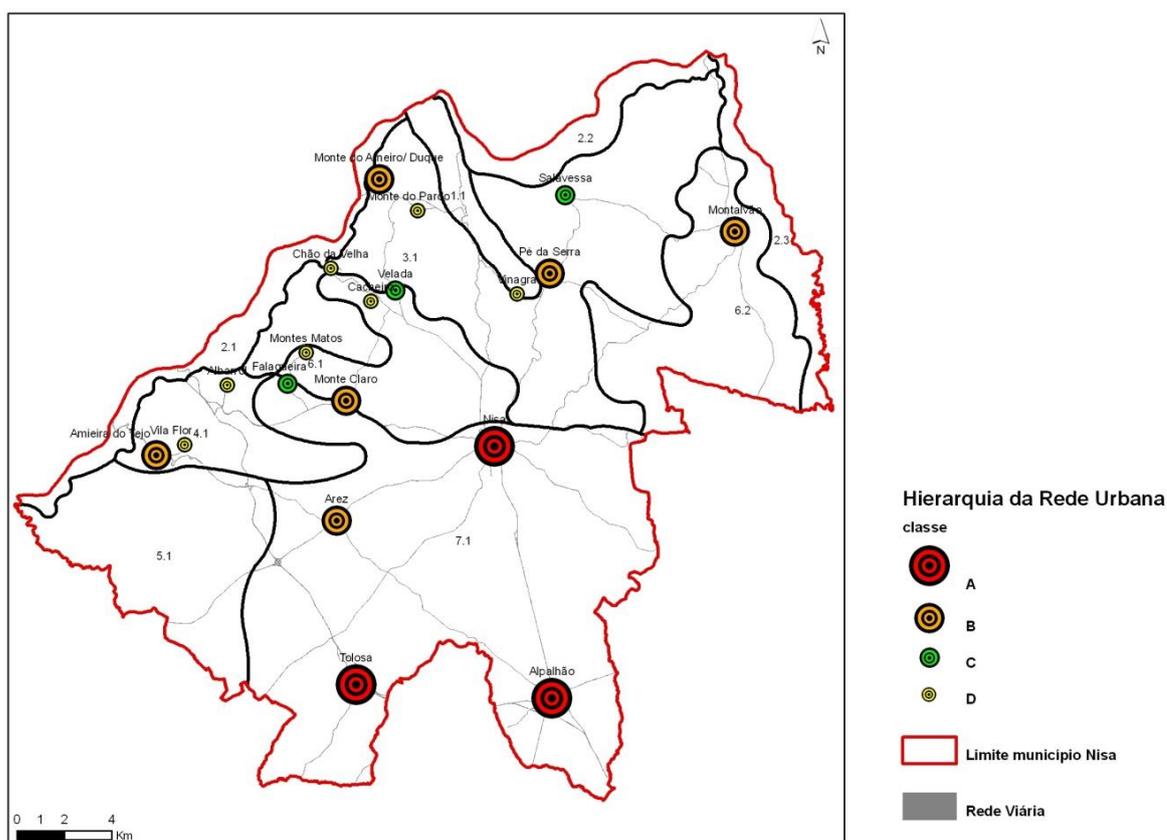


Ilustração 2 - Esquema da hierarquia da rede urbana

A contenção do limite dos aglomerados, numa perspetiva de contrariar a dispersão da construção e promover a requalificação do edificado é um princípio a adotar e que decorre não só da análise feita das dinâmicas urbanas dos aglomerados como das orientações dos Planos de ordem superior. A Tabela 9 dá-nos a variação de área correspondente aos perímetros urbanos existentes e reformulados no âmbito desta revisão do Plano.

A classe de solos urbanos compreende os terrenos urbanizados, que se encontram dotados de infraestruturas urbanas e servidos por equipamentos de utilização coletiva e os terrenos urbanizáveis, cuja urbanização é sempre precedida de programação. No seu todo constituem o perímetro urbano.

As categorias operativas (solo urbano ou urbanizável), são estabelecidas com base no grau de urbanização do solo, de consolidação morfo-tipológica e na programação da urbanização e da edificação. Estão-lhe associadas categorias funcionais, estabelecidas com base na utilização dominante e características morfo-tipológicas de organização do espaço urbano.

Tabela 9 – Variação entre os Perímetros Urbanos do PDM em vigor e os propostos na revisão do PDM

Localidade	Perímetro Atual (m2)	Perímetro Proposto (m2)	Variação (%)
Albarrol	23301,0	9650,7	-58,6
Alpalhão	676385,6	528776,7	-21,8
Amieira	260779,6	227458,4	-12,8
Arez	255459,7	197240,4	-22,8
Cacheiro	12817,2	10270,3	-19,9
Chão da Velha	49252,3	29738,8	-39,6
Falagueira	72328,7	39284,7	-45,7
Montalvão	242750,7	219031,8	-9,8
Monte Claro	191749,8	147003,2	-23,3
Monte do Arneiro			
Monte do Duque	355671,4	240259,5	-32,4
Monte do Pardo	121549,3	67514,4	-44,5
Monte dos Matos	23517,4	8029,1	-65,9
Nisa	1706019,9	1429344,8	-16,2
Pé da Serra	162606,6	106024,1	-34,8
Salavessa	126064,0	82734,0	-34,4
Tolosa	936380,1	504537,9	-46,1
Velada	87055,3	45927,6	-47,2
Vila Flôr	30746,8	14185,7	-53,9
Vinagra	20461,1	3730,7	-81,8
TOTAL	5354896,4	3910742,7	-27,0

6.2.3 Estrutura Ecológica Municipal

Na Estrutura Ecológica Municipal (EEM) distinguem-se dois grandes sistemas: o Sistema Húmido e o Sistema Seco que constituem a primeira grande diferenciação relativamente ao funcionamento e distribuição dos recursos naturais e a primeira aproximação aos corredores ecológicos presentes no concelho, com grande relevo no que respeita à biodiversidade e fluxos de energia. Estes corredores englobam, para além das principais linhas de água, as áreas de habitat naturais e seminaturais de interesse comunitário para a conservação da natureza e as áreas de habitat propícias à ocorrência e desenvolvimento das espécies de fauna/flora, principalmente no que respeita às espécies prioritárias, bem como áreas que permitem a ligação destas.

São constituídas áreas nucleares e corredores ecológicos à escala local, ou seja, para a EEM de Nisa já não se considera a área nuclear correspondente aos Sítios Nisa/Laje da Prata e S. Mamede (uma vez que se assumiu que não iriam ser vertidas na sua totalidade para fazer parte da EEM). Faz-se uma seleção dos valores naturais e seminaturais mais importantes, cruza-se a informação com as características biofísicas do território e obtém-se a EEM definida por áreas nucleares e corredores ecológicos que podem estar dentro ou fora da área de abrangência das áreas nucleares e corredores ecológicos a nível regional (da ERPVA).

A transposição da escala regional para a escala local, ou seja da Estrutura Regional de Proteção e Valorização Ambiental (ERPVA) para a Estrutura Ecológica Municipal, resulta assim na criação de áreas nucleares e áreas de conectividade/corredores ecológicos, que fazem a ligação entre as áreas dos Sítios de S. Mamede e Nisa/Laje da Prata com outras áreas classificadas (ex: Sítio Cabeção e Parque Natural do Tejo Internacional).

A EEM do concelho distribui-se em continuidade no solo rural e no solo urbano correspondendo a EE em solo urbano, no seu total, à classe de espaço identificada como Espaços Verdes (Carta de Ordenamento).

6.2.4 Espaços canais e outras infraestruturas

Consideram-se como espaços canais as áreas de solo afetadas às infraestruturas territoriais ou urbanas de desenvolvimento linear, existentes ou previstas, com efeito de barreira física

aos espaços que os marginam e que podem ser qualificados como categoria de solo rural ou de solo urbano, designadamente as Redes Rodoviárias principal, distribuidora e local.

Como outras infraestruturas identificaram-se infraestruturas de abastecimento de água, de drenagem de águas residuais, de abastecimento de energia elétrica, de abastecimento de combustíveis (gasoduto), energias alternativas e telecomunicações.

6.2.5 Classes em Solo Rural

Espaços agrícolas ou florestais

Os espaços agrícolas ou florestais incluem os solos que se destinam prioritária e predominantemente a fins agrícolas, florestais e pastorícia, (agrossilvo-pastoris).

Para além de definir um padrão de ocupação e uso dos solos rurais considera-se que o desenvolvimento das atividades agroflorestais na região deve contribuir para:

- a) O estímulo às atividades agrícolas e florestais, fomentando as boas práticas;
- b) A proteção, valorização e utilização sustentável dos recursos naturais particularmente associados a estas atividades, em especial o solo e a água;
- c) Promover a produção agrícola e florestal assente em atividades economicamente competitivas e respeitadoras do ambiente, da segurança alimentar e do bem-estar animal;
- d) Incentivar a produção, promoção e valorização dos produtos tradicionais de qualidade;
- e) Promover a preservação e valorização sustentada dos recursos naturais, paisagísticos e patrimoniais dos espaços rurais;
- f) Diversificar o tecido económico e social na região e para promover a melhoria da qualidade de vida das zonas rurais;
- g) Minorar os efeitos da desertificação física e humana nas zonas onde estes se fazem sentir com mais pertinência.
- h) Diminuir o número de ignições de incêndios florestais;
- i) Diminuir a área ardida;
- j) Reduzir a continuidade horizontal da vegetação para minimizar a propagação do fogo;
- k) Promover o redimensionamento das explorações de forma a otimizar a sua gestão;

- l) Aumentar a incorporação de conhecimentos técnico-científicos na gestão através da sua divulgação ao público-alvo;
- m) Aumentar/Recuperar a área arborizada de acordo com o potencial produtivo do concelho;
- n) Promover a produção de produtos não-lenhosos, nomeadamente, o pinhão, os cogumelos e as ervas aromáticas, medicinais e condimentares;
- o) Direcionar as produções de cortiça no sentido de uma maior valorização dos produtos finais;
- p) Desenvolver a atividade agrossilvo-pastoril;
- q) Aumentar a atividade associada à caça;
- r) Desenvolver a prática da pesca nas águas interiores associada ao aproveitamento para recreio;
- s) Adequar os espaços florestais à crescente procura de atividades de recreio e de espaços de interesse paisagístico;
- t) Adequar a gestão dos espaços florestais aos objetivos de conservação dos habitats, de fauna e da flora classificados;
- u) Recuperar as áreas em situação de maior risco de erosão, nomeadamente nas zonas de vertentes das linhas de água;
- v) Recuperar e reconverter os espaços florestais, sobretudo os queimados, através da arborização com espécies de elevado potencial produtivo;
- w) Controlar e mitigar os processos associados à desertificação;
- x) Aumentar o nível de gestão dos recursos apícolas e o conhecimento sobre a atividade apícola e integrar a atividade na cadeia de produção de produtos certificados;
- y) Recuperar os espaços florestais de baixa vitalidade.

Espaços agrícolas

Constituídos por espaços que devem preservar com o uso atual do solo, uma vez que de um modo geral estão associados a sistemas agrícolas que manifestam um aproveitamento adequado das potencialidades do solo. Estes espaços são também suscetíveis de utilização em modo de produção biológico ou em produção e proteção integrada. Este tipo de uso poderá ainda ser alargado a áreas com solos de produtividade mediana, que se encontrem ocupados com culturas que apresentem baixa rentabilidade.

Corresponde a estes espaços uma área de cerca de 3148 ha, que representa aproximadamente 5,5% do território concelhio.

Ainda faz parte desta classe de espaço, as áreas agrícolas em RAN, que correspondem no concelho a cerca de 1359 ha, ou seja 2,4% da área total do território concelhio.

Espaços florestais

Os espaços florestais são diferenciados em 2 tipos: floresta de produção e floresta de conservação.

A floresta de produção desenvolver-se-á primordialmente nas unidades, Vertentes ingremes dos rios, Vertentes de Xisto e nas Vertentes primárias de Conglomerados, privilegiando as espécies com maior potencial produtivo indicadas no capítulo 6 do “ Estudo de Ordenamento e Gestão Agroflorestal”. Este sistema também poderá ser alargado a áreas que apresentem condicionantes ao desenvolvimento da agricultura ou agrossilvo-pastorícia e suscetível de utilização em modo de produção biológico ou em produção e proteção integrada.

Corresponde a estes espaços uma área de cerca de 10860 ha, que representa aproximadamente 18,9% do território concelhio.

A floresta de conservação, corresponde a solos com aptidão florestal/conservação, destinam-se à proteção e recuperação de solos associados normalmente a zonas declivosas, contribuindo para a preservação do equilíbrio dos recursos, designadamente dos recursos hídricos, da fauna e flora.

Engloba, para além da atividade florestal, atividades como caça, a pesca nas águas interiores, cogumelos, espargos e plantas medicinais; o recreio, enquadramento e estética da paisagem. Estes sistemas predominam nas unidades, Vertentes ingremes dos rios, Vertentes de Xisto e nas Vertentes primárias de Conglomerados. Este sistema florestal poderá ser alargado a espaços de floresta de produção ou agrossilvo-pastoris que se encontrem em recessão ou com despectivas elevadas de abandono. O modo de produção biológico ou a produção e proteção integrada, também podem marcar presença nestes sistemas.

Corresponde a estes espaços uma área de cerca de 11070 ha, que representa aproximadamente 19,2% do território concelhio.

Espaços de uso múltiplo agrícola e florestal

Os Espaços de Uso Múltiplo Agrícola e Florestal têm a aptidão potencial de uma área para suporte de vida animal, pela produção de alimentos. A Silvo-pastorícia foi analisada a partir da carta interpretativa de aptidão forrageira e, que assenta na interpretação/avaliação da contribuição do estrato arbóreo e do solo para a produção de alimento para animais selvagens ou domésticos.

Esta classe de espaço aparece fundamentalmente associada à exploração extensiva em sub-coberto do montado de sobro e azinho e que como tal se encontra legalmente condicionada. São espaços de valor económico e ambiental e devem manter o atual sistema agroflorestal quer de sobro, quer de azinho, mais ou menos denso, podendo a sua área ser alargada a áreas que se encontrem associadas a sistemas agrícolas de baixa rentabilidade. À semelhança das anteriores, estas áreas são também suscetíveis de utilização em modo de produção biológico ou em produção e proteção integrada.

Corresponde a estes espaços uma área de cerca de 29074 ha, que representa aproximadamente 50,5% do território concelhio.

Espaços afetos à exploração de recursos geológicos

São considerados nesta categoria de espaço, as áreas afetas às explorações existentes (consolidadas) ou potenciais, de recursos geológicos, bem como os recursos energéticos e hidrominerais. São identificados nessas categorias, massas minerais (granitos e argilas) depósitos minerais (quartzo e urânio) e em matéria de recursos hidrominerais as águas minerais naturais das Termas da Fadagosa.

Espaços naturais

Consideram-se nesta categoria os espaços que integram a Rede Natura 2000, designadamente os “habitats prioritários” e os que se revestem de importância cultural e paisagista.

Os habitats prioritários são os estabelecidos pelo diploma da rede natura, tendo sido transpostos para a escala de trabalho do “plano”. São no concelho as Galerias ripícolas (3280, 3290, 91B0, 91E0*, 92A0), os Charcos temporários mediterrânicos – 3170 e as Subestepes de gramíneas e anuais da Thero-Brachypodietea - 6220.

Os espaços culturais e paisagísticos são constituídos por áreas onde se destacam as características, naturais, geológicas ou antrópicas como sejam os espaços já classificados das “Portas de Rodão”, o “O Conhal de Arneiro”, ou outros de interesse como o “Olival em socalcos” e “Paisagem tradicional da periferia urbana”.

Espaços afetos a atividades industriais

Os espaços para indústria correspondem a um conjunto de espaços existentes e potenciais onde existam ou se poderão vir a instalar indústrias de transformação de produções diretamente ligadas às atividades agrícolas, florestais ou de extração mineira, compatíveis com o estatuto do solo rural e com as atividades dominantes dos espaços envolventes.

Há a considerar como atividades industriais existentes (3 queijarias - M^a Dinis, Monte Queimado, Tolosa e 1 salsicharia em Alpalhão)).

Área Edificada Pré-existente

No território municipal de Nisa são classificados 23 aglomerados rurais, de acordo com a definição dada em legislação própria, como espaços edificados com funções residenciais e de apoio a atividades localizadas em solo rural cuja dimensão ou funcionalidades não fundamentam a sua integração no sistema urbano municipal.

Área de Edificação em Solo Rural Periurbano

Correspondem às Áreas de Edificação Dispersa, espaços de usos mistos, que devem ser objeto de um regime de uso do solo que garanta a sua contenção e o seu ordenamento, numa ótica de sustentabilidade, e serem infraestruturados com recurso a soluções apropriadas às suas características.

Estas áreas encontram-se na envolvente dos perímetros urbanos de Alpalhão e Nisa e registam uma dependência formal e funcional destes aglomerados urbanos. Apresentam incipiente atividade agrícola e fracionamento da propriedade, e exibem um padrão de edificação que não se configura com características de centros urbanos.

São identificadas três áreas periurbana: Alpalhão (antiga saída para Portalegre - EN18/ER18), Nisa 1 (estrada de Monte Claro) e Nisa 2 (saída para a Sr.ª da Graça).

Espaço de Ocupação Turística

São identificados espaços destinados à ocupação turística, nomeadamente a Central da Bruceira, a Central da Velada, o Frugal – Parque de Campismo e Caravanismo, a Herdade das Jans, o Parque de Caravanismo do Tarabau e Turismo Rural “Lugar do Pego”.

Espaço Destinado a Equipamentos e Outras Estruturas

São identificados espaços destinados a equipamentos e outras estruturas, nomeadamente a Albergaria do Fratel e o Complexo Termal da Fadagosa.

6.2.6 Classes em Solo Urbano

O Solo Urbano compreende os solos urbanizados e os solos para o qual é reconhecida vocação para o processo de urbanização e de edificação, constituindo o seu todo o perímetro urbano, integrando o Solo Urbanizado e o Solo Urbanizável nas diversas categorias e subcategorias.

Categorias em solo Urbanizado

Em função dos usos existentes definiram-se as seguintes categorias e subcategorias:

- a) Solo Urbanizado
 - i. Espaços Centrais
 - ii. Espaços Residenciais
 - iii. Espaços de Atividades Económicas
 - iv. Espaços Verdes
 - v. Espaços de Uso Especial
 - vi. Espaços Urbanos de Baixa Densidade

Espaços Centrais

Desta classe de espaço fazem parte núcleos definidos em função da centralidade que desempenham no aglomerado urbano, com predominância da função residencial e concentração de atividades terciárias.

Espaços Residenciais

Áreas destinadas preferencialmente a funções residenciais, podendo acolher outros usos desde que compatíveis com a utilização dominante.

Podem definir-se como:

- Espaços Residenciais Consolidados – áreas consolidadas com predominância residencial;
- Espaços Residenciais a Edificar – áreas de colmatação em zonas consolidadas, potencialmente residenciais e usos compatíveis com essa utilização dominante.

Espaços de Atividades Económicas

Áreas predominantes de atividades económicas com especiais necessidades de afetação e organização do espaço urbano, sendo que podem ser destinados a instalações industriais, comerciais ou de serviços.

A nível concelhio existem apenas três espaços, referentes à Zona de Atividades Económicas de Alpalhão, Nisa e Tolosa.

Espaços Verdes

Áreas com funções de equilíbrio ecológico e de acolhimento de atividades ao ar livre de recreio, lazer, desporto e cultura, de ocupação agrícola ou arborizada, coincidindo com a estrutura ecológica municipal.

Os Espaços Verdes dividem-se em:

- Espaços Verdes de Proteção e Enquadramento, com funções de importância ao nível do funcionamento dos sistemas ecológicos;
- Espaços Verdes de Recreio e Lazer, que correspondem a espaços que contribuem para a melhoria do ambiente urbano e da qualidade de vida das populações, sendo locais privilegiados para a prática de atividades de recreio e lazer.

Espaços de Uso Especial

São áreas de equipamentos ou infraestruturas estruturantes ou outros usos específicos, nomeadamente de recreio, lazer e turismo.

Apresentam-se essencialmente, na situação do concelho, afetos a equipamentos de utilização coletiva ou à atividade turística, designadamente unidades de alojamento.

Espaços Urbanos de Baixa Densidade

Áreas edificadas com usos mistos às quais o plano municipal de ordenamento do território atribui funções urbanas prevaletentes e que devem ser objeto de um regime de uso do solo que garanta o seu ordenamento numa ótica de sustentabilidade e a sua infraestruturacão com recurso a soluções apropriadas.

Solo Urbanizável

Em função dos usos previstos definiram-se as seguintes categorias e subcategorias:

- a) Solo Urbanizável
 - i. Espaços Residenciais
 - ii. Espaços Verdes
 - iii. Espaços de Uso Especial
 - iv. Espaços Urbanos de Baixa Densidade

Espaços Residenciais

São áreas que não tendo ainda características de espaço urbanizado, se prevê que as venham a adquirir e se destinam preferencialmente a funções residenciais, podendo acolher outros usos desde que compatíveis com a utilização dominante.

Perspetivam-se espaços desta categoria apenas para os aglomerados das classes A, B, C e D do sistema urbano.

Espaços de Atividades Económicas

Áreas que se destinam preferencialmente ao acolhimento de atividades económicas com especiais necessidades de afetação e organização do espaço urbano.

Definida apenas uma área para Tolosa.

Espaços Verdes

Áreas que se destinam a funções de equilíbrio ecológico e de acolhimento de atividades ao ar livre de recreio, lazer, desporto e cultura, agrícola ou arborizada, coincidindo com a estrutura ecológica municipal.

São definidos espaços deste tipo para Amieira, Arez, Pé da Serra, Tolosa, Velada e Vinagra.

Espaços de Uso Especial

Áreas onde se pretende que venham a localizar equipamentos ou infraestruturas estruturantes ou a outros usos específicos, nomeadamente de recreio, lazer e turismo. Outros usos complementares de apoio às funções urbanas instaladas são permitidos, nomeadamente zonas verdes, comércio e serviços, desde que compatíveis com o uso dominante.

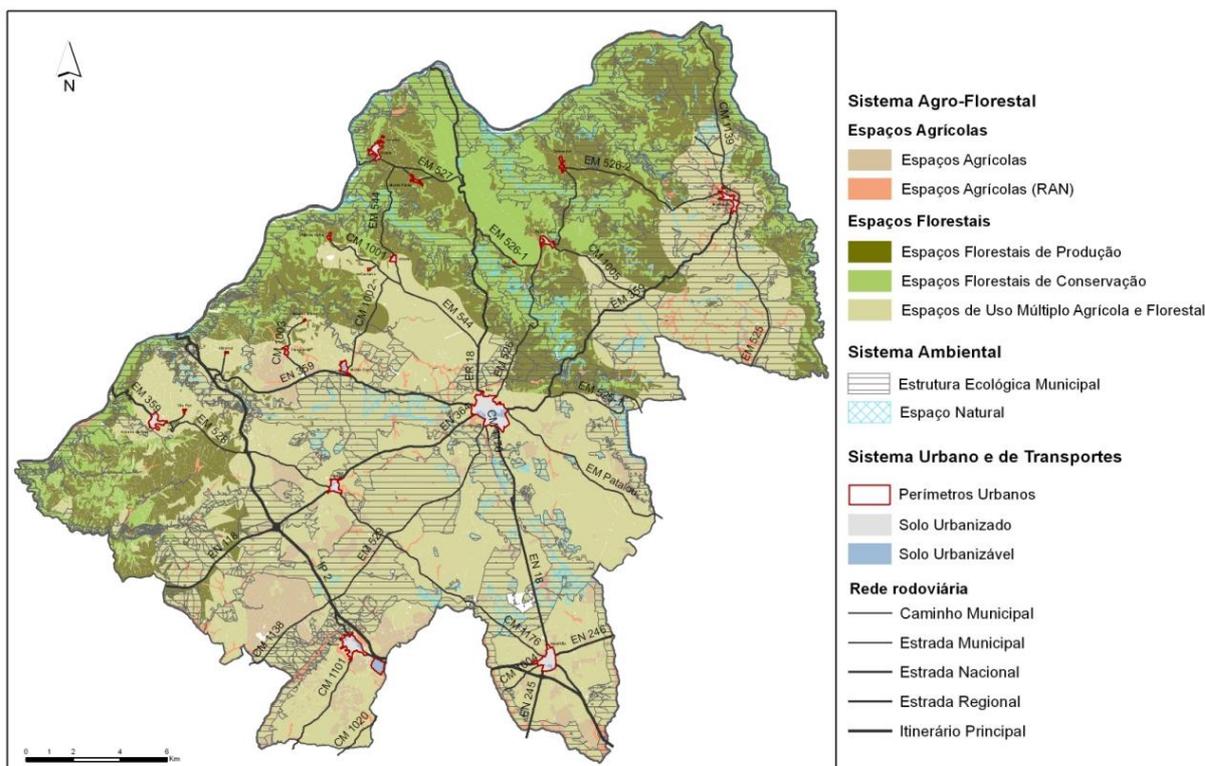
Espaços Urbanos de Baixa Densidade

Áreas a edificar para usos mistos às quais o plano municipal de ordenamento do território atribui funções urbanas prevalecentes e que devem ser objeto de um regime de uso do solo que garanta o seu ordenamento numa ótica de sustentabilidade e a sua infraestruturção com recurso a soluções apropriadas.

Para os solos urbanizáveis, definiu-se apenas uma área com esta classe de espaço em Alpalhão.

6.2.7 Carta de Ordenamento

Ilustração 3 – Esquema simplificado da Carta de Ordenamento



6.3 Orientação de Gestão Territorial - Normas e Modelos para os Espaços Agroflorestais

As orientações estratégicas de gestão referidas neste ponto, são preconizadas no âmbito da abordagem agroflorestal do território, que em termos de ocupação do território proporcionam melhor tradução, se bem que tenham enquadramento e estejam implícitas, nas orientações Estratégia de Desenvolvimento Concelhio.

A metodologia utilizada, na definição destas orientações, seguiu as indicações do PROF-AA. A um 1º nível foi feita a definição de **objetivos estratégicos gerais** para a globalidade do território concelhio. A um 2º nível foram definidos os objetivos específicos (medidas e modelos de organização territorial para as Unidades de Paisagem com base nos resultados simplificados provenientes da análise SWOT) e a um 3º nível foram enumeradas algumas estratégias complementares exteriores à concetualização de ordenamento do território proposto, e que abordam questões que podem ser relevantes para a concretização dos

objetivos da proposta plano, mas cuja definição e regulamentação apresentam um âmbito suprarregional.

Os modelos são estabelecidos pela identificação das normas de intervenção que se devem aplicar e pela seleção das espécies florestais e respetivos modelos de silvicultura a privilegiar. Ao nível das unidades de paisagem, as metas estabelecidas para o concelho são desagregadas de modo a permitir o alinhamento dos objetivos específicos com os objetivos gerais.

Reporta-se o desenvolvimento deste capítulo para o “Estudo de Ordenamento e Gestão Agroflorestal” designadamente para os pontos 12, 13 e 14 do seu relatório que, abordam as Orientações Estratégicas, a Síntese de Ordenamento bem como as Normas e Modelos para os Espaços Agroflorestais.

7 Bibliografia

- Centro de Estudos da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto CEFA-UP (2008). *Linhas de Orientação Estratégica para o Concelho de Nisa* (documento de trabalho), Porto.
- LODO, arquitetura paisagista, Lda. (2010). *Estudo de Ordenamento e Gestão Agroflorestal*, Évora.
- Câmara Municipal de Nisa, (2010). *Estudos de Caracterização - Relatório II - Caracterização do Território Municipal*, Nisa